

PT



# RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE RELATÓRIO ANUAL DE 2018



# PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



751 MEPs



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da UE, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União...



... sendo informados pelas instituições da UE e notificados dos projetos legislativos da UE.



... garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade.



... participando nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust.



... participando nos processos de revisão dos Tratados da UE.



... sendo informados dos pedidos de adesão à UE.



... participando na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

**Relatório anual de 2018**

**Relações entre o Parlamento Europeu  
e os parlamentos nacionais da UE**

Este relatório é uma publicação da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

**Katrin RUHRMANN**

Diretora

[katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu](mailto:katrin.ruhrmann@europarl.europa.eu)

**Jesús GÓMEZ**

Chefe de Unidade, Diálogo Legislativo

[jesus.gomez@europarl.europa.eu](mailto:jesus.gomez@europarl.europa.eu)

**Pekka NURMINEN**

Chefe de Unidade, Cooperação Institucional

[pekka.nurminen@europarl.europa.eu](mailto:pekka.nurminen@europarl.europa.eu)

Documento concluído por:

**Zsuzsanna BALÁZS**

Administradora, Unidade do Diálogo Legislativo

[zsuzsanna.balazs@europarl.europa.eu](mailto:zsuzsanna.balazs@europarl.europa.eu)

**Hanneke WESTERBAAN**

Administradora, Unidade do Diálogo Legislativo

[hanneke.westerbaan@europarl.europa.eu](mailto:hanneke.westerbaan@europarl.europa.eu)

Documento terminado em 30 de abril de 2019.

[relnatparl@ep.europa.eu](mailto:relnatparl@ep.europa.eu)

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home.html>

Todas as fotografias e ilustrações © União Europeia, 2019, salvo menção em contrário.

# RELATÓRIO ANUAL DE 2018

## ÍNDICE

PREFÁCIO DOS VICE-PRESIDENTES DO PARLAMENTO EUROPEU RESPONSÁVEIS PELAS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE	8
1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS	15
1.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)	15
1.2. Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia	17
2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)	19
2.1. Semana Parlamentar Europeia, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) e a Conferência sobre o Semestre Europeu	19
2.2. Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)	21
3. CONTROLO E AVALIAÇÃO INTERPARLAMENTARES NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	23
3.1. Controlo parlamentar conjunto da Europol: um quadro institucional inovador para o controlo parlamentar	23
3.2. Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust)	25
4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES	26
4.1. Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)	26
4.2. Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE	28
4.3. Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu	30
4.4. Recurso às videoconferências para os intercâmbios bilaterais	31
5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE	33
5.1. O mecanismo de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa	33
5.2. Grupo de trabalho sobre subsidiariedade, proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência»	36
5.3. Diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 ao Tratado de Lisboa	37
6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	38
6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)	38
6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	39
6.3. Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas	40
6.4. Seminários para o pessoal	41
7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO	42
7.1. CONNECT	42
7.2. Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)	42
7.3. Programas de apoio ao «Parlamento na Presidência»	43
7.4. Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais	44

8. A DIREÇÃO PARA AS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS	45
9. ANEXOS	46
ANEXO I: Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2018	46
ANEXO II: Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas em 2018	47
ANEXO III: Visitas dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) 2018	49
ANEXO IV: Dados sobre o mecanismo de alerta precoce	54
ANEXO V: Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 - Diálogo Político Informal	56
ANEXO VI: Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	57

PT



# RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE RELATÓRIO ANUAL DE 2018



## **Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais da UE**

O ano de 2019 será repleto de mudanças para o Parlamento Europeu. Aproximamo-nos a passos largos do fim da 8.ª legislatura e o novo Parlamento Europeu será constituído em julho, na sequência das eleições europeias. Durante a legislatura de 2014-2019, as relações com os parlamentos nacionais continuaram a desenvolver-se e a intensificar-se. Os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu debateram em conjunto muitos desenvolvimentos políticos importantes, tendo sido criados novos formatos de cooperação e sido desenvolvidos os formatos já existentes.

O presente relatório anual de atividades da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais apresenta uma panorâmica de todas as atividades e desenvolvimentos no âmbito da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais em 2018. Esta cooperação envolve 41 parlamentos e câmaras nacionais dos 28 Estados-Membros e o Parlamento Europeu.

Temas como o Brexit, o orçamento da UE, a migração, a segurança, a política externa e de defesa, a União Económica e Monetária, a proteção de dados, o futuro da alimentação e da agricultura e as eleições europeias têm sido objeto de debate em várias reuniões interparlamentares. Os intercâmbios entre deputados em toda a UE são essenciais para a compreensão mútua das preocupações e desafios e estabelecem uma ligação entre as perspetivas nacionais e europeias sobre vários temas, com vista a encontrar soluções comuns.

Em conformidade com o Tratado de Lisboa, os parlamentos nacionais, juntamente com o Parlamento Europeu, foram incumbidos das funções de controlo e supervisão no domínio da justiça e dos assuntos internos, em especial no que respeita à Europol e à Eurojust. O trabalho do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol, criado em 2017, tem sido um novo desenvolvimento importante a nível da cooperação interparlamentar. A sua principal função é a supervisão política das atividades da Europol no cumprimento da sua missão, numa altura em que o papel da Europol na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada assume cada vez mais importância.



Vice-Presidentes Mairead McGuinness e Bogusław Liberadzki © UE-PE



Os parlamentos nacionais manifestaram um grande interesse em participar nos debates sobre os projetos legislativos numa fase precoce. Sempre que possível, o seu interesse foi tido em conta nas reuniões interparlamentares de comissões e nos intercâmbios bilaterais. Este diálogo pode ajudar a compreender o funcionamento das iniciativas legislativas e o impacto que estas irão ter nos Estados-Membros. Permite igualmente que os parlamentos nacionais controlem melhor os seus governos enquanto colegisladores no Conselho.

A União Europeia trouxe estabilidade e prosperidade ao nosso continente. Em 2018, os valores europeus da democracia, do Estado de direito e da liberdade de imprensa tiveram de ser defendidos mais do que nunca dentro e fora da União Europeia. É essencial que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu defendam estes valores europeus comuns em conjunto, bem como o bom funcionamento da democracia parlamentar.

O ano de 2019 assinala o 10.º aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o chamado «Tratado dos Parlamentos». Com efeito, o Tratado de Lisboa alterou radicalmente a cooperação interparlamentar na UE e transformou os parlamentos nacionais em intervenientes a nível europeu. Através do mecanismo de controlo da subsidiariedade e do diálogo político informal, os parlamentos nacionais têm uma palavra a dizer sobre a legislação europeia, independentemente dos seus governos.

A cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu ganhou importância nos últimos anos e continua a intensificar-se e a ampliar-se. Podemos nem sempre partilhar da mesma opinião, mas os debates com os nossos homólogos nos parlamentos nacionais refletem um respeito mútuo e uma forte vontade política de manter um diálogo construtivo. No futuro, continuaremos a desenvolver este diálogo e os nossos métodos de trabalho.

Os deputados aos parlamentos nacionais e ao Parlamento Europeu são eleitos diretamente. Juntos, representamos os cidadãos da União Europeia. É nossa missão comum incentivar os cidadãos a participarem ativamente na vida democrática e a exprimirem os seus pontos de vista nas eleições, seja a nível regional, nacional ou europeu.

Em julho de 2019, terá início uma nova legislatura. A eleição do presidente da Comissão e o acordo sobre o programa político da próxima Comissão Europeia marcará as prioridades políticas da próxima legislatura.

Os próximos cinco anos serão cruciais para a União Europeia. O debate e a cooperação interparlamentares tornar-se-ão ainda mais importantes para enfrentar os desafios futuros. Incentivamos todas as partes a permanecerem empenhadas na cooperação interparlamentar e a continuarem a participar neste diálogo nos próximos cinco anos.



Mairead McGuinness  
Vice-Presidente



Bogusław Liberadzki  
Vice-Presidente

## **Principais desenvolvimentos e temas na agenda interparlamentar em 2018**

O ano de 2018 foi ativo e intenso no que à cooperação interparlamentar diz respeito, o que se refletiu igualmente no intenso trabalho desenvolvido pela Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais (seguidamente, «a Direção»). Ao longo do ano, foi organizado um grande número de conferências, reuniões e debates interparlamentares, e o número de visitas bilaterais realizadas foi o mais elevado de sempre. A Direção continuou a cooperar estreitamente com outros serviços do Parlamento Europeu e organizou uma série de reuniões entre as administrações dos parlamentos nacionais e o PE em domínios de interesse comum, com vista a estabelecer contactos e redes mais estreitos entre o pessoal que trabalha em domínios de interesse comum.

Este trabalho foi realizado sob a liderança política e orientação de Antonio Tajani, presidente do PE, Mairead McGuinness e Bogusław Liberadzki, vice-presidentes do PE responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais, e Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO). O trabalho realizado contou igualmente com o apoio das comissões do PE, dos grupos políticos e dos órgãos políticos pertinentes (a Conferência dos Presidentes e a Conferência dos Presidentes das Comissões).

O ano de 2018 foi marcado por uma maior coerência na escolha dos temas para os debates interparlamentares. Vários temas, como o Brexit e o novo quadro financeiro plurianual da UE, foram objeto de debate em quase todos os fóruns interparlamentares. Questões como as políticas de coesão, os Balcãs Ocidentais e a Política Europeia de Vizinhança foram debatidas em diversas ocasiões, nomeadamente devido ao facto de estes temas terem sido prioridades das presidências da UE em 2018.

Os parlamentos nacionais da UE também contribuíram de forma substancial para a realização de importantes debates políticos e legislativos em 2018, principalmente nas reuniões interparlamentares de comissões, mas também durante as visitas bilaterais e as reuniões com relatores do Parlamento Europeu.

Os parlamentos nacionais estiveram sempre envolvidos no debate político, legislativo e institucional sobre questões europeias. Uma das principais realizações do debate interparlamentar foi ter permitido que os parlamentos nacionais tivessem uma perspetiva mais abrangente, além das agendas nacionais, e trocassem pontos de vista com deputados de toda a União Europeia, contribuindo para aproximar os Estados-Membros e os seus cidadãos do debate europeu. O Brexit e o quadro financeiro plurianual estiveram sistematicamente presentes no debate político. As eleições europeias foram também amplamente debatidas em 2018, com vista a incentivar os cidadãos a participarem ativamente na vida democrática e a votarem nas eleições a nível regional, nacional e europeu.

### **1. Contributo dos parlamentos nacionais para o debate durante as negociações sobre o Brexit**

As negociações sobre a saída do Reino Unido da UE foram debatidas em muitos fóruns interparlamentares e reuniões bilaterais em 2018. O Parlamento Europeu desempenhará um papel importante no processo do Brexit, uma vez que será o único Parlamento, para além do Parlamento do Reino Unido, a votar o acordo de saída. Em conformidade com o artigo 50.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), o PE tem de dar a sua aprovação a qualquer acordo de saída.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE debateu o Brexit em Taline, em abril de 2018, no âmbito de um debate sobre o futuro da Europa. Os presidentes sublinharam a importância da saída ordenada do Reino Unido da UE. As conclusões daí resultantes realçam a necessidade de ambas as partes considerarem como questões prioritárias os direitos dos cidadãos da UE e do Reino Unido que vivem nos respetivos territórios, o acerto financeiro e as circunstâncias únicas

da ilha da Irlanda durante o processo de negociação. Os presidentes apelaram também a que a unidade da UE-27 seja mantida ao longo das negociações.

A Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC), na sua reunião plenária em Viena, em novembro de 2018, dedicou uma sessão a um debate sobre o Brexit. No seu contributo, a COSAC reconheceu que os Chefes de Estado e de Governo da UE tinham plena confiança em Michel Barnier enquanto negociador principal da UE e estavam determinados a permanecer unidos. A COSAC salientou igualmente que é imperativo preservar a integridade do mercado interno e a competência do Tribunal de Justiça da União Europeia relativamente aos princípios do mercado interno. A COSAC salientou, além disso, a necessidade de demonstrarmos solidariedade para com a Irlanda e a importância da cooperação interparlamentar com o Reino Unido após o Brexit. No entanto, as modalidades da futura cooperação interparlamentar com o Reino Unido só serão examinadas quando for conhecida a natureza das futuras relações entre a UE e o Reino Unido.

Além disso, a Comissão AFCO organizou uma reunião interparlamentar de comissões para refletir sobre o estado do debate a respeito do futuro da Europa, incluindo o Brexit, e outras comissões do PE organizaram audições públicas para avaliar o impacto do Brexit nos seus domínios de intervenção. As reuniões interparlamentares de comissões foram cruciais para manter informados os parlamentos nacionais da UE sobre o status quo do processo de retirada do Reino Unido.

O Brexit também foi regularmente debatido durante as visitas bilaterais dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu, sobretudo durante as visitas de deputados britânicos, mas também quando os presidentes, as comissões e os deputados a outros parlamentos se reuniram com deputados ao Parlamento Europeu e, em particular, com o coordenador do PE para os assuntos relacionados com o Brexit, Guy Verhofstadt, e outros membros do Grupo Diretor do PE sobre o Brexit.

## **2. Troca de pontos de vista sobre o novo quadro financeiro plurianual (QFP)**

Outra grande preocupação que foi objeto de debate pelos parlamentos nacionais e pelo PE em diferentes fóruns e reuniões em 2018 foi o financiamento futuro da UE. Os debates, muitas vezes controversos, incidiram na questão de determinar quais os domínios de intervenção que devem ter prioridade no futuro orçamento da UE e sobre como lidar com um número crescente de funções da UE, numa altura em que é provável que o orçamento da UE venha a ser reduzido devido à saída do Reino Unido.

Os deputados aos parlamentos nacionais levantaram a questão durante a Semana Parlamentar Europeia (SPE) em fevereiro de 2018, quando o membro da Comissão responsável pelo Orçamento e Recursos Humanos, Günther H. Oettinger, se lhes dirigiu antes de a Comissão apresentar a sua nova proposta relativa ao próximo quadro financeiro plurianual (2021-2027)<sup>1</sup>, em maio. O membro da Comissão sublinhou que as novas tarefas e desafios enfrentados pela UE, como a migração, a luta contra o terrorismo e a segurança interna e externa, também deviam estar refletidos no orçamento da UE, uma vez que se trata de domínios em que a ação da UE traria valor acrescentado. Porém, o membro da Comissão recordou igualmente que o Brexit resultaria numa redução do orçamento da UE.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, de abril de 2018, tomou nota das próximas propostas da Comissão e manifestou a esperança de que as instituições da UE possam fazer progressos suficientes nas negociações. A reunião da COSAC em Sófia, em junho de 2018, foi

---

<sup>1</sup> O Parlamento Europeu aprovou o seu relatório intercalar sobre o QFP 2021-2027 em 14 de novembro de 2018 (Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de novembro de 2018, sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 – Posição do Parlamento com vista a um acordo). A resolução delinea as prioridades do PE para o próximo QFP, incluindo valores explícitos para os limites máximos do QFP e para cada um dos programas setoriais para o período de 2021-2027, para além de alterações aos projetos de textos jurídicos apresentados pela Comissão Europeia. Os debates sobre o QFP prosseguirão após as eleições europeias, no próximo Parlamento Europeu.

parcialmente dedicada à política de coesão, tendo sido necessárias negociações de compromisso difíceis para finalizar o texto do contributo da COSAC.

### **3. Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto (GCPC) da Europol: uma nova dimensão da cooperação interparlamentar**

O lançamento do GCPC da Europol marcou o desenvolvimento de uma nova forma de cooperação interparlamentar. Pela primeira vez, os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu seriam conjuntamente responsáveis pelo controlo e supervisão políticos de uma agência da UE.

Os debates sobre uma cooperação policial e judicial eficaz, incluindo a partilha atempada de informações entre autoridades nacionais através da Europol e da Eurojust, confirmaram a importância e a urgência de ultimar os debates sobre as modalidades práticas de controlo parlamentar da Europol.

O GCPC chegou a um consenso relativamente aos seus métodos de trabalho e adotou o seu regulamento interno na segunda reunião realizada em Sófia, em 18 e 19 de março de 2018. A adoção do regulamento interno permitiu ao GCPC passar a centrar a sua atenção em questões substanciais, em vez de questões processuais. A primeira reunião ao abrigo do novo regulamento interno, nomeadamente a terceira reunião do GCPC, teve lugar em 24 e 25 de setembro de 2018, em Bruxelas.

Em consonância com as suas funções e responsabilidades, tal como definidas no Regulamento Europol<sup>2</sup>, o GCPC procedeu a uma troca de pontos de vista sobre o programa de trabalho plurianual da Europol para 2019-2021. O presidente do Conselho de Administração da Europol e a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados também participaram nos debates do GCPC. Foi debatido um amplo conjunto de temas, nomeadamente a cibersegurança, a forma de combater os conteúdos ilegais em linha e a luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada.

### **4. Debates interparlamentares sobre a migração**

A migração continuou a dominar a política da UE e os debates interparlamentares ao longo de 2018. A UE tem procurado avançar para uma abordagem global e eficaz, que englobe ações tanto a nível interno como externo. Recordando o princípio da solidariedade e da repartição equitativa de responsabilidades em questões relacionadas com a migração, o PE salientou reiteradamente que o salvamento de vidas deve ser prioridade máxima.

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Taline, salientou que a política de migração da UE deve assentar na forte proteção das fronteiras externas, devendo centrar-se no combate às causas profundas da migração nos países de origem, em especial em África, com o apoio de um plano da UE para o continente. Relativamente à gestão dos fluxos de refugiados, os presidentes consideraram que a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo era fundamental e sublinharam que a UE deveria trabalhar ativamente tendo em vista a resolução de conflitos nas suas regiões vizinhas, a fim de ajudar a salvar vidas e de reduzir a pressão migratória e a migração irregular.

A COSAC debateu as questões da segurança e da luta contra a migração ilegal na sua reunião em Viena. Adotou recomendações em matéria de reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, incluindo a criação de uma verdadeira Agência da União Europeia para o Asilo, com base num equilíbrio justo entre responsabilidade e solidariedade, e sublinhou que os acordos de readmissão devem ser plenamente aplicados, de forma não discriminatória relativamente a todos os Estados-Membros da UE.

---

2 Regulamento (UE) 2016/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/935/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho (JO L 135 de 24.5.2016, p. 53).

## 5. Dimensão externa das políticas da UE

A segurança e a defesa, bem como a cooperação estruturada permanente (CEP) da UE, estiveram igualmente em destaque na ordem de trabalhos do debate interparlamentar e foram debatidas na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE em Taline, na COSAC e na Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, em Taline, dedicou uma sessão completa à segurança e defesa europeias. Nessa ocasião, os presidentes dos Parlamentos da UE reafirmaram os princípios orientadores da Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da União Europeia, que sublinham a necessidade de uma Europa mais forte. Instaram os Estados-Membros a colaborar mais estreitamente nos domínios da segurança e da defesa e a reforçar a PCSD, com vista a desenvolver uma capacidade de defesa comum e credível complementar à da NATO, respeitando simultaneamente o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros. Os presidentes congratularam-se igualmente com o lançamento do Fundo Europeu de Defesa (FED).

Os presidentes assinalaram que a criação da CEP reforça a cooperação em matéria de segurança e defesa entre os Estados-Membros que estão dispostos a trabalhar em estreita colaboração e que reúnem as condições para tal, o que, por sua vez, aumenta a capacidade da UE enquanto parceiro internacional no domínio da segurança, contribuindo assim para a segurança dos cidadãos da UE.

A COSAC também acolheu favoravelmente a CEP como parte integrante da PCSD e como um instrumento para reforçar a defesa europeia e contribuir para a estabilidade e a segurança.

Na Conferência Interparlamentar para a PESC e a PCSD, em Viena, os participantes trocaram pontos de vista sobre a questão. O debate centrou-se na adoção do plano de ação conjunto<sup>3</sup> e na necessidade acrescida de os parlamentos nacionais da UE e o PE supervisionarem os projetos CEP (17 com início previsto em 2018 e outros 17, em 2019) e promoverem mais projetos híbridos no contexto da mobilidade militar.

A estabilidade e a prosperidade nas vizinhanças oriental e meridional da UE e, em especial, nos Balcãs Ocidentais foram também tema de muitos debates interparlamentares ao longo de 2018. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE sublinhou que o alargamento deve continuar a ser uma política fundamental da UE, devendo basear-se no respeito pelos valores da UE, no cumprimento rigoroso dos critérios de adesão e no princípio do mérito próprio. Os presidentes alertaram ainda para o facto de que, à luz da crescente influência externa nos Balcãs Ocidentais, é da maior importância que a UE continue a proteger os seus valores e interesses na região.

Nas suas reuniões em Sófia e Viena, a COSAC reiterou também o seu apoio ao desenvolvimento de uma perspetiva europeia concreta, com resultados mensuráveis para os Balcãs Ocidentais, em conformidade com o desempenho individual dos países e com base em valores e princípios comuns.

## 6. Eleições europeias, um momento crucial da democracia europeia

As eleições para o Parlamento Europeu de 23 a 26 de maio de 2019 revestem-se de especial importância, não só para a composição e a direção política do novo Parlamento Europeu e para a eleição do novo presidente da Comissão, mas também para a futura evolução política na Europa.

Tanto a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE como a COSAC realçaram a importância do envolvimento ativo dos cidadãos na vida política, nomeadamente através da participação nas

---

<sup>3</sup> Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre o Plano de Ação para a Mobilidade Militar (JOIN(2018)0005).

eleições a nível regional, nacional e europeu. Os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu incentivaram todos os cidadãos da UE a exercer os seus direitos democráticos a todos os níveis, nomeadamente o seu direito de voto nas próximas eleições europeias.

Tendo em vista as próximas eleições europeias, a COSAC regozijou-se com os esforços envidados pelas instituições da UE para reforçar a resiliência democrática na Europa. Algumas medidas importantes para combater eficazmente os novos tipos de ameaças à realização de eleições livres e justas são, nomeadamente, garantir a transparência da propaganda política em linha, combater as campanhas de desinformação, melhorar as regras em matéria de financiamento dos partidos políticos europeus e reforçar a cibersegurança.

O Parlamento Europeu organizou uma campanha de informação institucional destinada a sensibilizar os cidadãos para os seus direitos e a incentivá-los a exercer os seus direitos democráticos, designadamente o direito de voto. A campanha de 2019, intitulada «Esta vez eu voto», conta com o apoio e a participação de voluntários que trabalham com o objetivo de incentivar os cidadãos a participar nas eleições europeias. Esta campanha foi apresentada aos representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas, em julho de 2018.

## **7. Melhor proteção dos dados pessoais na UE**

O Regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD)<sup>4</sup> é apenas um entre muitos exemplos de legislação muito importante da UE que foi debatida intensamente com os deputados aos parlamentos nacionais em 2018.

Em 15 de maio de 2018, na véspera da entrada em vigor do pacote relativo à proteção de dados, o PE convidou os deputados aos parlamentos nacionais da UE a participar numa reunião interparlamentar de comissões para debater o novo regulamento em termos de segurança para os cidadãos e o papel que os parlamentos nacionais da UE desempenham na transposição deste novo regulamento da UE. Ao longo de vários debates muito animados, os deputados ao Parlamento partilharam as suas preocupações relativamente à aplicação do RGPD nos respetivos Estados-Membros (por exemplo, o impacto nas grandes empresas, por um lado, e nas pequenas e médias empresas, por outro, bem como a ausência de orientações harmonizadas) e procederam ao intercâmbio de boas práticas que já haviam sido estabelecidas em alguns países (por exemplo, balcão único, formação de pessoal e sítios Web especializados). Os deputados debateram recomendações para o futuro, tais como o desenvolvimento de algoritmos europeus mais seguros, o acompanhamento da aplicação pelas instituições da UE, uma cooperação estreita com a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados e a conclusão da adoção da Diretiva Privacidade Eletrónica.

Na reunião interparlamentar de comissões, o presidente do PE, Antonio Tajani, proferiu um discurso sobre a importância deste pacote para a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos da UE na era digital. O presidente apoiou a iniciativa sem reservas, uma vez que a entrada em vigor do regulamento em 25 de maio de 2018 era essencial para a segurança dos cidadãos da UE, tal como demonstrara o recente incidente Facebook-Cambridge Analytica.

O presente relatório examinará, nomeadamente: as atividades das instituições interparlamentares (capítulo 1), as conferências interparlamentares (capítulo 2), o controlo e avaliação interparlamentares (capítulo 3), as reuniões interparlamentares (capítulo 4), o diálogo legislativo (capítulo 5), as redes administrativas (capítulo 6) e os instrumentos de cooperação interparlamentar (capítulo 7).

---

4 O RGPD (Regulamento (UE) 2016/679) é relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. Este regulamento constitui um passo fundamental para reforçar os direitos fundamentais das pessoas na era digital e facilitar os negócios, através da clarificação das regras para as empresas e os órgãos públicos no mercado único digital.

# 1. ÓRGÃOS INTERPARLAMENTARES INSTITUCIONAIS

## 1.1. Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC)



*A COSAC, ou Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. Uma Troica presidencial, de que o Parlamento Europeu é membro permanente, apoia a COSAC. A Presidência conta com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo PE e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Ver [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu).*

O ano de 2018 proporcionou à COSAC um cenário mais tradicional, tanto em termos de debates como de clima, após a questão do Brexit e do futuro da UE ter dominado as conferências dos dois anos precedentes. Embora o assunto do Brexit tenha permanecido na ordem de trabalhos, tanto a Presidência búlgara (no primeiro semestre de 2018), como a Presidência austríaca (no segundo semestre de 2018), escolheram vários temas em consonância com as prioridades da sua Presidência do Conselho da UE.



A presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Danuta Hübner, com o primeiro vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans (à esquerda), e o presidente da Comissão dos Assuntos Europeus e da Supervisão dos Fundos Europeus da Assembleia Nacional da Bulgária, Kristian Vigenin (à direita), na reunião plenária da LIX COSAC, em Sófia © Assembleia Nacional da Bulgária

A Presidência búlgara centrou a sua ordem de trabalhos nas questões do alargamento e dos Balcãs Ocidentais, no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na política de coesão após 2020. Já a Presidência austríaca centrou a sua ordem de trabalhos nas questões do Brexit, da política climática e da União da Energia. Não obstante, ao mesmo tempo que debateu as suas concretizações, consagrou particular atenção às questões relacionadas com a migração e a segurança. Os debates foram muito abertos e refletiram pontos de vista divergentes.



Em 2018, a subsidiariedade foi também um tema recorrente nos trabalhos da COSAC. O Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior Eficiência», conhecido por Grupo de Trabalho Timmermans, criado no final de 2017, realizou os seus trabalhos no primeiro semestre de 2018. O Parlamento Europeu não participou no processo (ver capítulo 5.2.). O trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho foi debatido nas reuniões da COSAC, para além de uma reunião do Grupo de Trabalho da COSAC que teve lugar em Bruxelas, em março de 2018, e que foi facilitada pelo Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu expressou a sua opinião sobre a subsidiariedade mediante a aprovação de duas resoluções com base nos relatórios do PE elaborados por Paulo Rangel<sup>5</sup> e Mady Delvaux<sup>6</sup> (ver capítulo 5.1.3.).

O relatório do Grupo de Trabalho, de julho de 2018, e a subsequente Comunicação da Comissão<sup>7</sup>, de outubro de 2018, suscitaram algumas reservas. Todavia, muitos parlamentos aguardam melhorias práticas ao mecanismo de alerta precoce (ver capítulo 5.1.).



A questão da transparência na UE foi objeto de debate durante a reunião plenária da COSAC organizada pelo Parlamento austríaco em Viena, de 18 a 20 de novembro de 2018. O debate centrou-se, nomeadamente, na transparência do Conselho da União Europeia quando atua como legislador da UE.

A Delegação do PE à COSAC estabeleceu e consolidou uma parceria aberta e profícua com os parlamentos das presidências da UE. Esta relação não tem um caráter formal, mas é regular e visa encontrar posições comuns que também sejam aceitáveis para outros parlamentos nacionais da UE.

### Principais desenvolvimentos em 2018:

- Consolidação das relações da Delegação do PE à COSAC com os parlamentos que exercem a Presidência do Conselho
- Reforço da cooperação franco-alemã sob a forma de posições comuns e alterações ao contributo da COSAC

5 Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais (Textos Aprovados, P8\_TA(2018)0186).

6 [Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de abril de 2018, sobre os relatórios anuais de 2015-2016 sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade](#) (Textos Aprovados, P8\_TA(2018)0120).

7 Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 23 de outubro de 2018, intitulada «Os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: reforçar o seu papel no processo de elaboração de políticas da UE» (COM(2018)0703).



## 1.2. Conferência dos Presidentes dos Paramentos da União Europeia

*A Conferência Anual dos Presidentes dos Paramentos da UE (a Conferência) tem por base as diretrizes de Estocolmo, adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual, organizada pelo Estado-Membro que detém a presidência no segundo semestre de um determinado ano e realizada durante a presidência da primavera do ano seguinte. A Conferência adota conclusões da presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE.*

*A ordem do dia é preparada no âmbito de uma reunião dos secretários-gerais dos paramentos da União Europeia. Ver [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu).*

A reunião anual da Conferência, realizada em Taline em 23 e 24 de abril de 2018, e presidida por Eiki Nestor, presidente do Riigikogu, contou com a participação dos presidentes dos paramentos nacionais da UE. O recém-eleito presidente do Bundestag, Wolfgang Schäuble, participou pela primeira vez na Conferência. O Parlamento Europeu esteve representado pelo presidente Antonio Tajani e pelo vice-presidente Bogusław Liberadzki.



Conferência dos Presidentes dos Paramentos da UE, na Estónia. Antonio Tajani, Presidente do PE, reúne com Eiki Nestor, Presidente do Riigikogu, o parlamento da Estónia © UE-PE

O Presidente Antonio Tajani foi o orador principal na sessão de abertura. No seu discurso, referiu uma série de debates sobre o futuro da UE, realizados em sessão plenária do PE, com chefes de Estado e de Governo como oradores de alto nível. Manifestou o desejo de envolver o maior número possível de intervenientes políticos europeus no debate sobre o futuro da UE e apelou a uma cooperação interparlamentar mais estreita. No que diz respeito ao QFP, questionou se os debates deveriam centrar-se apenas na distribuição de recursos, ou também na estratégia política da União. Mencionou a migração como um dos desafios mais urgentes para a UE e lançou a ideia de um «Plano Marshall» para África. No tocante à defesa europeia, Antonio Tajani salientou a

necessidade de desenvolver uma indústria e um mercado da defesa de âmbito europeu, que beneficiariam das economias de escala e permitiriam uma maior interoperabilidade em matéria de defesa. Antonio Tajani convidou ainda os seus colegas a encorajar os cidadãos a votarem nas próximas eleições europeias.

A Presidência estónia, responsável pela elaboração das conclusões da Conferência, em estreita cooperação com os parlamentos da troica presidencial (Eslováquia, Áustria e PE), apresentou um texto aprovado por aclamação.

No que diz respeito ao futuro da UE, os presidentes reiteraram o seu compromisso em relação aos valores em que a UE foi fundada, como o respeito pelos direitos humanos, a liberdade, a democracia, o Estado de direito e a igualdade. Declararam que a unidade e a solidariedade tornariam a UE mais forte e mais resiliente. O Brexit e as próximas conversações sobre o QFP foram também objeto de debate, bem como a política de migração, que deve assentar na forte proteção das fronteiras externas. Os presidentes afirmaram que a tónica deve ser colocada no combate às causas profundas locais da migração, em particular em África, com o apoio de um plano europeu para esse continente.

Sobre o tema da importância da estabilidade e da prosperidade nos países vizinhos orientais e meridionais da UE, em especial nos Balcãs Ocidentais, os presidentes sublinharam que o alargamento deve continuar a ser uma política fundamental da UE. Assinalaram ainda a crescente influência externa nos Balcãs Ocidentais, que reveste da maior importância que a UE continue a proteger os seus valores e interesses na região.

O debate sobre a segurança e a defesa foi o primeiro do seu género no âmbito da Conferência. Nas suas conclusões, os presidentes afirmaram que «o reforço da política comum de segurança e defesa deveria levar a UE a desenvolver uma capacidade de defesa comum e credível complementar à NATO». Sublinharam que os passos dados no sentido de intensificar a cooperação em matéria de defesa, designadamente a criação da CEP, aumentam a capacidade da UE enquanto parceiro internacional no domínio da segurança, tendo encorajado a cooperação estreita entre a UE e a NATO. A criação do Fundo Europeu de Defesa (FED) foi igualmente bem acolhida e os Estados-Membros foram convidados a intensificar os seus esforços em matéria de defesa, bem como a agrupar os custos e recursos.

A vulnerabilidade às ciberameaças e a necessidade de uma resposta coletiva foram também mencionadas. A este respeito, os presidentes acolheram favoravelmente a adoção, pela Comissão, do pacote relativo à cibersegurança.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Os debates no âmbito da Conferência debruçaram-se sobre o futuro da UE, a segurança e a defesa, e o QFP
- A consolidação do papel construtivo do PE na procura de compromissos para os debates fraturantes

## 2. CONFERÊNCIAS INTERPARLAMENTARES (CIP)

### 2.1. Semana Parlamentar Europeia, Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) e a Conferência sobre o Semestre Europeu

*A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (estabelecida nos termos do artigo 13.º da Conferência do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária [Pacto Orçamental]) proporciona um quadro para o debate e o intercâmbio de informações e de boas práticas na aplicação das disposições do Tratado e visa reforçar a cooperação entre os parlamentos nacionais da UE e o Parlamento Europeu. A conferência contribui também para assegurar a responsabilidade democrática em matéria de governação económica e orçamental na UE e, em particular, na União Económica e Monetária, tendo em conta a dimensão social e sem prejuízo das competências dos parlamentos nacionais e do PE.*

*A Conferência sobre o Semestre Europeu constitui uma oportunidade para trocarmos informações sobre as práticas de excelência na aplicação dos ciclos do Semestre Europeu e reforçarmos a cooperação destinada a fiscalizar as ações dos executivos, quer a nível nacional, quer a nível europeu, no contexto do Semestre Europeu.*

*Em conjunto, as conferências formam a Semana Parlamentar Europeia, que congrega deputados de toda a União Europeia, a fim de debater questões económicas, orçamentais e sociais. Ambas as conferências ganharam um espaço regular no calendário da cooperação interparlamentar e surgiram como verdadeiros fóruns para debates interparlamentares sobre estes domínios políticos de importância crescente.*

A edição de 2018 da Semana Parlamentar Europeia teve lugar em 19 e 20 de fevereiro de 2018, em Bruxelas, e contou com a participação de 132 deputados dos parlamentos nacionais. Com exceção de um, todos os parlamentos nacionais da UE estiveram representados, juntamente com observadores dos países candidatos a adesão à UE (Albânia, Montenegro, Sérvia e Turquia), para além de convidados especiais da Noruega e da Suíça. O número muito elevado de participantes é um dos fatores que fizeram da Semana Parlamentar Europeia um êxito em 2018.

Tal como em anos anteriores, o evento teve lugar no Parlamento Europeu em Bruxelas e foi coorganizado pelo parlamento do Estado-Membro que exerce a presidência do Conselho, que em 2018 foi o Parlamento búlgaro. Os representantes foram convidados a debater e trocar pontos de vista sobre as prioridades económicas, orçamentais e sociais. Alguns dos temas debatidos na Conferência do Semestre Europeu foram as prioridades políticas do Semestre Europeu para 2018, o futuro da política orçamental da UE, a União Bancária, a digitalização do trabalho, a reforma do sistema de recursos próprios da UE e o futuro quadro financeiro plurianual.

A Conferência sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE abordou a questão do reforço e da resiliência da União Económica e Monetária e do papel dos parlamentos no futuro Fundo Monetário Europeu. Entre os oradores contam-se o presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, o presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, Roberto Gualtieri, o presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, Jean Arthuis, o vice-presidente do Euro e Diálogo Social da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, e o presidente do Eurogrupo, Mário Centeno.



A Semana Parlamentar Europeia teve lugar em 19 e 20 de fevereiro de 2018, em Bruxelas © UE-PE

Enquanto conferência interparlamentar semestral no âmbito da Presidência austríaca da UE, a segunda Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação e Governança Económica na União Europeia de 2018 foi organizada pelo Parlamento austríaco em 17 e 18 de setembro de 2018, em Viena. A conferência centrou-se numa troca de pontos de vista sobre os quatro temas seguintes:

1. Aplicação do quadro de governação orçamental da UE
2. Investimento, inovação e educação como motores de uma Europa mais competitiva
3. Combate à evasão fiscal
4. A digitalização e o respetivo impacto no emprego

Durante a conferência de dois dias, Wolfgang Sobotka, presidente do Conselho Nacional austríaco, Inge Posch-Gruska, presidente do Conselho Federal austríaco, e Karlheinz Kopf, presidente da Comissão das Finanças do Conselho Nacional austríaco, acolheram 172 deputados, em representação de 26 Estados-Membros, do Parlamento Europeu, da Noruega e da Turquia.

#### **Principal desenvolvimento em 2018:**

- Na sequência das observações à edição de 2017, recebidas tanto dos parlamentos nacionais da UE como dos vários serviços administrativos do PE responsáveis pela organização do evento, foi decidido que a Conferência do Semestre Europeu e a CIP ECEG deixariam de estar formalmente separadas. Como tal, ambas as conferências foram coorganizadas pelo PE e pelo Parlamento búlgaro, e o programa global foi concentrado em um dia e meio

## 2.2. Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD)

*Estabelecida em 2012 através de uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente deputados de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio político crucial.*

Em 2018, a 12.<sup>a</sup> e a 13.<sup>a</sup> edições do CIP PESC/PCSD realizaram-se em Sófia (15 a 17 de fevereiro) e em Viena (11 e 12 de outubro). Em ambas as reuniões, as delegações do PE foram constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo deputado David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos.



Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) em Viena, 11 e 12 de outubro de 2018 © Presidência austríaca

Durante a CIP PESC/PCSD, organizada no âmbito da Presidência búlgara do Conselho, as discussões incidiram sobre:

1. As prioridades e estratégias da UE no domínio da PESC e da PCSD
2. Agilização de reformas com vista a uma perspetiva europeia para os Balcãs Ocidentais
3. PCSD – execução da Estratégia Global da UE
4. Ponto da situação na região do mar Negro

Foram organizados seminários específicos sobre a conectividade estratégica da energia e dos transportes nos Balcãs Ocidentais, a Estratégia para o Danúbio e as relações entre a UE e a China. Na sua extensa declaração conjunta, os copresidentes reafirmaram a importância de promover, através da estratégia global da UE, os interesses comuns dos cidadãos da UE e os valores e princípios da UE, e salientou que uma aplicação eficaz desta estratégia exigiria um forte empenho e apoio por parte dos Estados-Membros e das instituições da UE.

Durante o segundo semestre de 2018, por iniciativa do parlamento da Áustria, a Conferência dedicou-se ao debate e à troca de informações sobre questões como: a segurança, a migração e o controlo das fronteiras externas; a contribuição europeia para a melhoria da situação política e humanitária na Síria; e os Balcãs Ocidentais e a sua perspetiva europeia. Durante a conferência, foram organizados seminários específicos sobre os seguintes temas:

1. O futuro do acordo nuclear com o Irão após a retirada dos EUA
2. Facilitar a mobilidade militar na UE no quadro da CEP
3. A OSCE<sup>8</sup>: um parceiro essencial no diálogo Leste-Oeste

A alta representante da UE, Federica Mogherini, dirigiu-se aos delegados por videoconferência, no âmbito da sessão de abertura. Seguiu-se um debate interativo com os deputados do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, sobre as atividades atuais e em curso da UE no domínio da PESC e da PCSD.

Na sua declaração final conjunta, os copresidentes lembraram a necessidade de uma abordagem holística da UE em relação à migração, que assegure a coerência entre as políticas externa e interna da UE, abranja todas as rotas de migração e se baseie na solidariedade, no pleno respeito pelos direitos humanos, no cumprimento do direito internacional e no respeito pelos valores sobre os quais a UE foi construída.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- O CIP PESC/PCSD conseguiu assegurar a sua posição enquanto evento central e vital para o encontro de parlamentares europeus com um importante papel na tomada de decisões em matéria de política externa, e onde podem ser debatidas questões de atualidade sobre a agenda da política externa e de segurança
- As sessões da CIP foram transmitidas em direto via Internet e os registos em vídeo foram disponibilizados pela mesma via

---

8 A Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa.

### 3. CONTROLO E AVALIAÇÃO INTERPARLAMENTARES NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

#### 3.1. Controlo parlamentar conjunto da Europol: um quadro institucional inovador para o controlo parlamentar

# EUROPOL

*O artigo 88.º do TFUE permite, pela primeira vez, que os parlamentos nacionais exerçam, conjuntamente com o Parlamento Europeu, o controlo de uma agência da UE que opera no espaço de liberdade, segurança e justiça. Tendo por base o Regulamento Europol, que entrou em vigor em 1 de maio de 2017, o grupo de controlo parlamentar conjunto (GCPC) da Europol foi criado para garantir a plena responsabilização e transparência da Europol. O GCPC desempenhará um papel essencial, procedendo ao «[controlo] político das atividades da Europol no exercício das suas atribuições, nomeadamente no que respeita ao seu impacto sobre os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas singulares».*

*O GCPC reúne duas vezes por ano: no primeiro semestre, no parlamento do país que exerce a presidência rotativa do Conselho da UE e, no segundo semestre, no Parlamento Europeu.*



Terceira reunião do GCPC da Europol – Apresentação das prioridades do GCPC pela troica presidencial 2018-2019 © UE-PE

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia desempenhou um papel fundamental na criação do GCPC, tendo-o incumbido de decidir sobre a sua própria organização e o seu regulamento interno. A reunião constitutiva do GCPC realizou-se em Bruxelas, em 9 e 10

de outubro de 2017. O regulamento interno foi adotado por consenso na segunda reunião do GCPC, realizada em 18 e 19 de março de 2018, em Sófia, sob a Presidência búlgara.

O regulamento interno assegura que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE se encontram em pé de igualdade e garante a confidencialidade das informações operacionais. As suas principais disposições dizem respeito à composição do GCPC, à frequência das reuniões, à função de coordenação da troica presidencial, ao direito do GCPC à informação através da transmissão de documentos, ao direito de apresentar perguntas orais e escritas à Europol, à adoção das conclusões sumárias do GCPC e à possibilidade de criação de subgrupos. Foi alcançado um acordo quanto à criação de um grupo de trabalho do GCPC sobre a representação da Dinamarca em reuniões do GCPC.

Em 2018, houve uma clara mudança de orientação nas reuniões do GCPC, deixando de centrar-se em questões processuais e passando a debruçar-se sobre questões substanciais. Não obstante, prosseguiram os debates sobre uma série de questões processuais remanescentes, nomeadamente sobre o estatuto da Dinamarca e o procedimento para a nomeação de observadores do GCPC para as reuniões do conselho de administração da Europol.

O regulamento interno reflete o importante papel conferido aos parlamentos nacionais da UE, através da troica presidencial, nomeadamente no secretariado, quanto à definição da ordem de trabalhos, a preparação de documentos de discussão e a redação das conclusões do GCPC. O texto permite igualmente que as delegações contribuam de forma eficaz para a ordem de trabalhos e para as conclusões do controlo. Prevê o direito de fazer perguntas, assegurando simultaneamente um cenário viável para a Europol e os respetivos serviços. Foi inserida uma cláusula de revisão e o texto admite a possibilidade de criação de subgrupos, nos quais seja assegurada a participação de todas as câmaras e parlamentos em atividades de controlo.

A prestação de informações sobre as atividades da Europol constitui um elemento permanente da ordem de trabalhos do GCPC, com a participação do diretor executivo da Europol, do presidente do Conselho de Administração da Europol e do observador do GCPC nas reuniões do Conselho de Administração.

Até à data, apenas uma reunião foi realizada ao abrigo do novo regulamento interno, nomeadamente a terceira reunião do GCPC, de 24 e 25 de setembro de 2018, que teve lugar em Bruxelas. Nessa reunião, o GCPC definiu as suas prioridades de controlo para 2018-2019. O Parlamento da Finlândia, um futuro membro da troica presidencial, foi incluído nos debates da troica sobre este ponto, com vista à boa preparação do seu mandato.

O Comissário responsável pela União da Segurança é regularmente convidado como orador principal. Em 2018, o Comissário Julian King dirigiu-se ao GCPC em ambas as ocasiões.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- A troica presidencial afirmou plenamente o seu papel na definição da agenda e tiveram lugar intercâmbios aprofundados sobre temas relevantes, como a cibersegurança, a luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada, a luta contra a criminalidade financeira, a recuperação de bens e o branqueamento de capitais
- No âmbito da segunda e terceira reuniões do GCPC, foi realizada uma consulta formal do GCPC sobre o documento de programação plurianual da Europol para 2019-2021, em conformidade com a obrigação estabelecida no artigo 51.º, n.º 2, alínea c), do Regulamento Europol. Os membros do GCPC enviaram um número limitado de comentários escritos antes do debate
- Até ao momento, duas câmaras parlamentares exerceram o direito de apresentar perguntas escritas à Europol. Foram adotadas extensas conclusões sumárias que descrevem as atividades



do GCPC. Foi criado um grupo de trabalho do GCPC sobre a representação da Dinamarca em reuniões do GCPC, composto pela troica presidencial e pelo Parlamento dinamarquês

### 3.2. Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust)

*O Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE elaborarão, nos próximos dois anos, a sua avaliação parlamentar conjunta das atividades da Eurojust, prevista no artigo 85.º do TFUE. Desde a sua criação em 2002, a Eurojust, enquanto organismo da UE, tornou-se um interveniente central na cooperação judiciária em matéria penal. O TFUE estabeleceu uma nova base jurídica para o futuro desenvolvimento da Eurojust. Em novembro de 2018, o PE e o Conselho adotaram um novo regulamento relativo à Eurojust<sup>9</sup>, tendo em vista a definição de um quadro jurídico único e renovado para uma nova Agência de Cooperação em Matéria de Justiça Penal (Eurojust), sucessora legal da Eurojust.*

O Regulamento Eurojust estabelece um novo sistema de governação, clarifica a relação entre a Eurojust e a Procuradoria Europeia, prescreve um novo regime de proteção de dados, adota novas regras para as relações externas da Eurojust e reforça o papel do PE e dos parlamentos nacionais da UE no controlo democrático das atividades da Eurojust.

A fim de aumentar a transparência e o controlo democrático da Eurojust, o regulamento revisto prevê um mecanismo para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo PE e pelos parlamentos nacionais da UE. Essa avaliação deverá ter lugar no âmbito de uma reunião interparlamentar realizada nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas, com a participação de membros das comissões competentes do PE e dos parlamentos nacionais. Na reunião, deverá ser respeitada a independência da Eurojust no tocante às medidas a tomar em casos operacionais específicos e à obrigação de discrição e confidencialidade.

O Regulamento Eurojust entrou em vigor em dezembro de 2018, mas só será aplicável em dezembro de 2019, permitindo que a Eurojust e os Estados-Membros se preparem para a aplicação das novas regras. A primeira reunião interparlamentar de comissões para debater as atividades da Eurojust terá lugar em 2020<sup>10</sup>.

#### Principais desenvolvimentos em 2018:

- Medidas destinadas a reforçar a transparência no domínio da justiça e dos assuntos internos: a avaliação interparlamentar prevista no Regulamento Eurojust; obrigações de prestação de informações e audições perante os parlamentos nacionais da UE, a pedido destes, tal como previsto no regulamento relativo à Procuradoria Europeia; e o GCPC da Europol

9 Regulamento (UE) 2018/1727 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018 que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), e que substitui e revoga a Decisão 2002/187/JAI do Conselho (JO L 295 de 21.11.2018, p. 138).

10 A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Viena, em 2019, pediu à presidência que lhe suceda, a Presidência finlandesa, a preparação de um documento comum de entendimento para a reunião interparlamentar sobre a avaliação da Eurojust, no que diz respeito aos aspetos não abrangidos pelo Regulamento (UE) 2018/1727, de modo a que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos de 2020 em Helsínquia pudesse chegar a conclusões sobre estas questões.

## 4. REUNIÕES INTERPARLAMENTARES

### 4.1. Reuniões Interparlamentares de Comissões (RIC)

*As comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 RIC, convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais para debater questões específicas. Outras reuniões interparlamentares são organizadas pelo Parlamento do Estado-Membro que exerce a presidência do Conselho.*

As RIC têm-se revelado um elemento essencial da cooperação interparlamentar. Oferecem aos deputados ao Parlamento Europeu e aos parlamentos nacionais da UE uma plataforma para a troca de pontos de vista sobre questões legislativas e políticas de interesse comum. Contribuem para legislar melhor e para uma maior compreensão mútua. As reuniões são coorganizadas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção.

Em 2018, foram organizadas dezassete RIC por treze comissões parlamentares, proporcionando debates entre 555 deputados dos parlamentos nacionais e 369 deputados ao Parlamento Europeu.

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) organizou cinco RIC em 2018. Uma RIC sobre a resposta da UE ao atual desafio migratório centrou-se em propostas para combater a migração irregular, reforçar a gestão das fronteiras, consolidar a política comum de asilo e lançar uma nova política em matéria de migração legal. A RIC dedicada aos pactos globais da ONU sobre refugiados e a migração contribuiu para dar ao PE uma panorâmica das negociações relativas aos dois pactos. O PE adotou posteriormente uma resolução sobre os pactos, em abril de 2018<sup>11</sup>.

A Comissão LIBE convidou os parlamentos nacionais da UE para uma RIC sobre a aplicação do pacote de proteção de dados na véspera da sua aplicação. O objetivo desse pacote é proteger todos os cidadãos da UE contra violações da privacidade e dos dados num mundo cada vez mais baseado em dados. Além disso, a Comissão LIBE realizou ainda uma RIC sobre os aspetos relativos aos direitos fundamentais no âmbito da inclusão dos ciganos e da luta contra a hostilidade em relação aos ciganos.

A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM) organizou a sua RIC anual por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Em 2018, esta RIC sublinhou a importância do papel desempenhado pelas mulheres nos meios de comunicação social e nas tecnologias da informação e da comunicação.

A Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI) realizou uma RIC intitulada «A PAC após 2020: o futuro da alimentação e da agricultura», para uma troca de pontos de vista antes da comunicação da Comissão sobre o tema.

Para assinalar o Ano Europeu do Património Cultural (2018), a Comissão da Cultura e da Educação (CULT) organizou uma RIC sobre o património



<sup>11</sup> [Resolução do Parlamento Europeu, de 18 de abril de 2018, sobre os progressos relativos aos Pactos Mundiais das Nações Unidas sobre migrações seguras, ordenadas e regulares e sobre refugiados \(Textos aprovados, P8\\_TA\(2018\)0118\).](#)

cultural europeu, no seguimento da conferência de alto nível sobre o mesmo tema, que deveria funcionar como plataforma de debate sobre o legado a longo prazo da iniciativa.

A Comissão dos Transportes e do Turismo (TRAN) realizou uma RIC intitulada «O investimento da UE em redes de transportes para além de 2020» para debater boas práticas sobre a execução dos projetos RTE-T. Foi dada especial atenção às ligações transfronteiras, à criação de valor acrescentado europeu e aos investimentos na infraestrutura de transportes pós-2020.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) organizou uma RIC para refletir sobre o estado do debate sobre o futuro da Europa. O seu principal objetivo era avaliar as evoluções institucionais e políticas que se seguiram à adoção de três resoluções<sup>12</sup>, tendo em conta as recentes propostas apresentadas por outras instituições e por Estados-Membros e apresentando as prioridades do PE no debate em curso.



Como etapa preparatória na elaboração do seu relatório sobre a quitação pela execução do orçamento geral da UE para 2017<sup>13</sup>, a Comissão do Controlo Orçamental (CONT) reuniu deputados dos parlamentos nacionais da Bulgária, da Grécia, da Croácia e da Turquia com deputados ao Parlamento Europeu para debater a cooperação com vista a uma melhor proteção do orçamento da UE.

No âmbito da semana dos direitos humanos do Parlamento Europeu, a Subcomissão dos Direitos do Homem (DROI) organizou uma RIC dedicada aos direitos humanos e às ações externas da UE e dos Estados-Membros<sup>14</sup>. Os participantes dos parlamentos nacionais da UE assistiram posteriormente à conferência de alto nível que assinalou o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Numa RIC intitulada «Empowering Parliaments and enforcing citizen's rights in the implementation and application of Union law» [Capacitar os parlamentos e fazer valer os direitos dos cidadãos na implementação e execução do Direito da União], a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) e a Comissão das Petições (PETI) realizaram debates conjuntos sobre a transposição e a aplicação da legislação da UE a nível nacional, bem como o importante papel dos Provedores de Justiça e das petições na deteção de violações do direito da União.



A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) procedeu a uma troca de pontos de vista com as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais sobre as recomendações específicas por país, o projeto de relatório sobre a execução das prioridades do Semestre Europeu em 2018 e as prioridades para a Análise Anual do Crescimento para 2019<sup>15</sup>.

No anexo II encontra uma lista de todas as reuniões interparlamentares organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2018, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

12 [Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, sobre a melhoria do funcionamento da União Europeia com base no potencial do Tratado de Lisboa \(JO C 252 de 18.7.2018, p. 215\).](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, sobre possíveis desenvolvimentos e ajustamentos do atual quadro institucional da União Europeia \(JO C 252 de 18.7.2018, p. 201\).](#)

[Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, sobre a capacidade orçamental da área do euro \(JO C 252 de 18.7.2018, p. 235\).](#)

13 [Relatório sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2017, Secção III – Comissão e agências de execução.](#)

14 Para mais informações sobre as reuniões interparlamentares no domínio da ação externa da UE, consultar o próximo capítulo (4.2).

15 [Resolução do Parlamento Europeu, de 13 de março de 2019, sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: Análise Anual do Crescimento para 2019» \(Textos aprovados, P8\\_TA\(2019\)0201\).](#)

### Principal desenvolvimento em 2018:

- O aumento do número de comissões do PE que organizam RIC, passando de 9 em 2017 para 13 em 2018, um valor 44 % mais elevado que o de 2017

## 4.2. Cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE

*Com base na vasta experiência adquirida através da cooperação no âmbito das comissões, em 2018 a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais prestou apoio e facilitou as relações com os parlamentos nacionais da UE em dois grandes eventos no domínio da ação externa da UE. Ao contrário das RIC, estes eventos não foram iniciados pelas comissões do PE, mas sim organizados pelas delegações e pelo Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral.*

### 4.2.1. 10.ª reunião da Parceria Parlamentar Ásia-Europa (ASEP 10)

A Parceria Parlamentar Ásia-Europa (ASEP) é a dimensão parlamentar do diálogo político asiático-europeu, que visa reforçar as relações entre a Europa e a Ásia. O elemento mais visível deste diálogo tem sido tradicionalmente o Encontro Ásia-Europa (ASEM) de dois em dois anos, uma cimeira intergovernamental realizada pela primeira vez em 1996. A ASEP proporciona contributos e redes parlamentares antes desta cimeira para facilitar o processo. Dado que um dos objetivos da ASEP é influenciar a agenda da ASEM, a ASEP é por norma realizada no mesmo local da cimeira, mas ligeiramente mais cedo. Em 2018, a 10.ª reunião da ASEP (a ASEP 10) teve lugar em 27 e 28 de setembro, em Bruxelas. Pela primeira vez, foi organizada pelo Parlamento Europeu.



10.ª reunião da Parceria Parlamentar Ásia-Europa (ASEP 10) de 27 de setembro de 2018 © UE-PE

Organizada pelas delegações do PE para a Ásia e para a Austrália e a Nova Zelândia, a ASEP 10 envolveu parlamentos nacionais dos Estados-Membros da UE e muitos outros países, como a Rússia, a China, a Índia, a Austrália, as Filipinas e o Cazaquistão. Estiveram presentes na reunião cerca de 280 participantes, de entre os quais cerca de 150 deputados de 38 parlamentos nacionais. Dos participantes pertencentes a parlamentos nacionais, 36 eram deputados dos parlamentos nacionais da UE ou do parlamento norueguês.

A reunião da ASEP 10 foi dedicada às alterações climáticas e aos desafios ambientais enquanto prioridade para o planeta. Durante a reunião, três painéis foram consagrados ao impacto das alterações climáticas e dos desafios ambientais sobre a segurança, a migração e a economia. A declaração final acordada pelos participantes ASEP 10 foi apresentada na 12.ª Cimeira ASEM, que teve lugar em Bruxelas, em 18 e 19 de outubro de 2018.

#### **4.2.2. Conferência de Alto Nível sobre o Futuro da Observação Eleitoral Internacional**

A Conferência de Alto Nível sobre o Futuro da Observação Eleitoral Internacional realizou-se em 10 e 11 de outubro de 2018 sob a égide conjunta do Grupo de Apoio à Democracia e de Coordenação Eleitoral (DEG) do PE e do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE). Estiveram presentes cerca de 380 participantes, incluindo 22 deputados dos parlamentos nacionais da UE e da Suíça.



Conferência de alto nível sobre o futuro da observação eleitoral internacional (da esquerda para a direita): Cessouma Minata Samate, Comissária para os Assuntos Políticos da União Africana, Federica Mogherini, Alta Representante da UE, Roger Nkodo Dang, Presidente do Parlamento Pan-Africano, e Mairead McGuinness, Vice-Presidente do PE responsável pelas relações com os parlamentos nacionais © UE-PE

O objetivo deste evento era fazer o balanço de todos os desenvolvimentos, desafios e questões fundamentais da observação eleitoral internacional na atualidade, com especial destaque para África, a prevenção de conflitos e as missões parlamentares de observação eleitoral. Os deputados nacionais foram incentivados a apoiar todos os esforços tendentes à adoção de um código de conduta claro para as missões parlamentares de observação eleitoral, quer nas diferentes assembleias parlamentares, quer a nível dos parlamentos nacionais em toda a UE.

A ASEP 10 e a Conferência de Alto Nível confirmaram um interesse crescente na cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE, tanto por parte do PE como dos parlamentos nacionais da UE. Perante esta tendência, que deverá continuar nos próximos anos, a Direção está pronta a facilitar as relações entre os órgãos e serviços competentes do PE e dos parlamentos nacionais da UE com vista a desenvolver novas sinergias entre todos os interlocutores pertinentes.

#### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

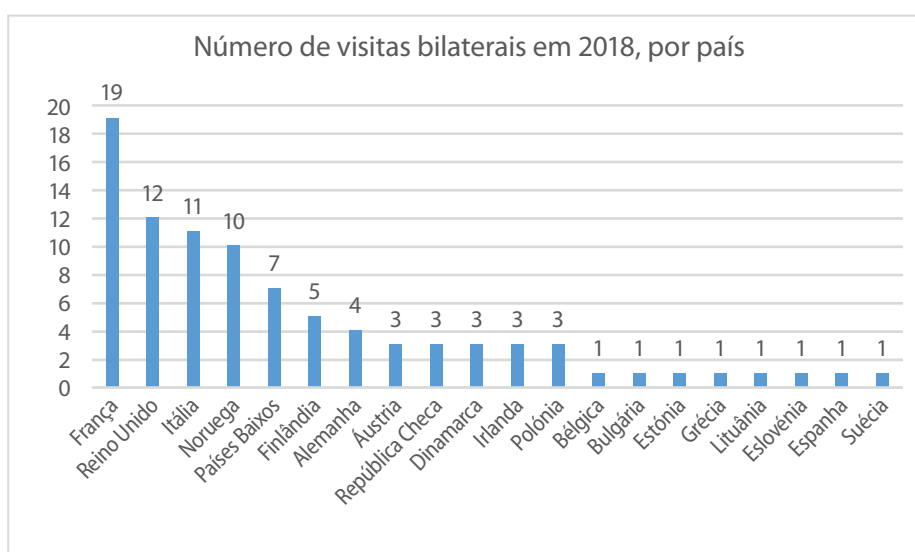
- Emergência da cooperação interparlamentar em matéria de ação externa da UE e reforço das capacidades

- Noção crescente da necessidade de coordenar as atividades dos parlamentos da UE, tanto a nível europeu como nacional, em fóruns multilaterais, visando obter um melhor impacto

### 4.3. Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu

*As visitas bilaterais são um instrumento e uma forma de diálogo interparlamentar entre os deputados dos parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu que estão em constante evolução. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.*

O seu número tem aumentado, uma tendência que deverá continuar. Em 2018 foi organizado um número recorde de visitas: 90<sup>16</sup> no total.



O maior número de pedidos de realização de visitas veio da Assembleia Nacional francesa (19) e do Parlamento do Reino Unido (12). As visitas do Parlamento do Reino Unido centraram-se, em grande medida, no Brexit.

As visitas de delegações francesas tiveram, acima de tudo, o propósito de apoiar o processo de reforma profunda do Parlamento francês.

As negociações sobre o Brexit influíram claramente nos temas e na frequência das visitas bilaterais em 2018.

O parlamento norueguês confirmou o seu interesse na UE e no PE, enviando dez delegações a diferentes organismos e representantes no PE em 2018. O interesse do parlamento norueguês também pode ser visto à luz do Brexit, uma vez que o modelo norueguês — ou uma eventual adesão do Reino Unido ao Espaço Económico Europeu (EEE), um acordo internacional que permite alargar o mercado único da União Europeia a Estados terceiros — se apresentava em 2018 como uma opção possível para as futuras relações entre a UE e o Reino Unido.

São organizadas visitas específicas para os deputados e peritos dos países que assumem a Presidência da UE pela primeira vez, no âmbito dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» (ver capítulo 7.3). Em 2018, a Direção organizou uma visita de estudo personalizada

<sup>16</sup> Uma ds visitas foi uma visita multilateral, que incluiu a Alemanha e a França.

ao Senado Romeno e à Câmara dos Deputados Romena para preparar a Presidência romena da UE no primeiro semestre de 2019.

Ocasionalmente e mediante pedido, o Parlamento Europeu organiza visitas destinadas ao pessoal de parlamentos/câmaras que se encontrem em processo de adaptação ou modernização e expressem interesse no funcionamento do PE.

O anexo III disponibiliza uma lista exaustiva de todas as visitas, incluindo videoconferências, de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu organizadas em 2018 com o apoio da Direção.

#### 4.4. Recurso às videoconferências para os intercâmbios bilaterais

*A videoconferência proporciona novas oportunidades e pode facilitar a cooperação interparlamentar. O Parlamento Europeu oferece uma solução técnica que permite a realização de videoconferências com excelente qualidade de imagem e de som, bem como a interpretação para várias línguas. O recurso à videoconferência permite contactos mais regulares entre os deputados, com vantagens como a redução do tempo de viagem e dos custos das deslocações em serviço, e tem carácter ecológico. Em suma, constitui uma ferramenta de organização de reuniões que é eficaz em termos de custos.*

As videoconferências entre os parlamentos nacionais da UE e o PE permitem aos deputados manter contactos regulares sobre um determinado assunto ao longo do tempo ou organizar debates sobre questões atuais, por exemplo, sobre projetos legislativos. O Parlamento Europeu ofereceu igualmente aos parlamentos nacionais a possibilidade de participarem numa das suas reuniões interparlamentares regulares por videoconferência, pretendendo continuar a fazê-lo no futuro, sempre que possível.



As videoconferências no Parlamento Europeu © UE-PE

Um dos requisitos prévios para realizar videoconferências com um Parlamento nacional é que o equipamento utilizado por esse Parlamento nacional obedeça às mesmas normas técnicas que o sistema do PE. Em 2018, provavelmente devido aos condicionalismos técnicos, as videoconferências não foram frequentemente utilizadas na cooperação interparlamentar

entre os parlamentos nacionais e o PE. Foram organizadas seis videoconferências, todas com o Parlamento italiano.

As videoconferências poderiam ser um complemento às tradicionais reuniões interparlamentares. O seu potencial é enorme e na próxima legislatura do PE serão elevadas a um novo patamar de desenvolvimento. Os parlamentos nacionais da UE que não disponham de instrumentos de videoconferência compatíveis poderão utilizar os serviços dos Gabinetes de Ligação do PE nas capitais nacionais para as videoconferências com o PE em Bruxelas e/ou Estrasburgo.



## 5. COOPERAÇÃO LEGISLATIVA COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

### 5.1. O mecanismo de alerta precoce e o Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa

*De acordo com o princípio da subsidiariedade (consagrado no artigo 5.º do TUE), nos domínios que não sejam da sua competência exclusiva a União intervém apenas se e na medida em que os objetivos da ação considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, podendo por isso ser mais bem alcançados ao nível da União. Os parlamentos nacionais velam pela observância do princípio da subsidiariedade de acordo com o processo previsto neste Protocolo. Em virtude do princípio da proporcionalidade, o conteúdo e a forma da ação da União não devem exceder o necessário para alcançar os objetivos dos Tratados.*

*O Protocolo n.º 2 ao TUE relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade estabelece um mecanismo de revisão, o sistema de alerta precoce. Qualquer parlamento nacional pode, no prazo de oito semanas a contar da data de transmissão de um projeto de ato legislativo, dirigir aos Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade.*

#### 5.1.1. Mecanismo de alerta precoce

No que respeita ao mecanismo de alerta precoce, os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais são considerados de acordo com as seguintes categorias<sup>17</sup>:

1. Pareceres fundamentados: se tiverem sido recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 ao Tratado de Lisboa<sup>18</sup> e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade
2. Contributos: quando não preenchem os critérios acima referidos

No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade<sup>19</sup>.

Se os pareceres fundamentados representarem pelo menos um terço dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais, o projeto deve ser reapreciado («cartão amarelo»). A instituição autora do projeto de ato legislativo pode decidir mantê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, fundamentando a decisão tomada. No que se refere aos projetos de atos legislativos sobre a cooperação policial ou judiciária em matéria penal, este limiar é inferior (um quarto dos votos).

Se, no contexto do processo legislativo ordinário, pelo menos uma maioria simples dos votos atribuídos aos parlamentos nacionais puser em causa a conformidade de uma proposta

17 Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

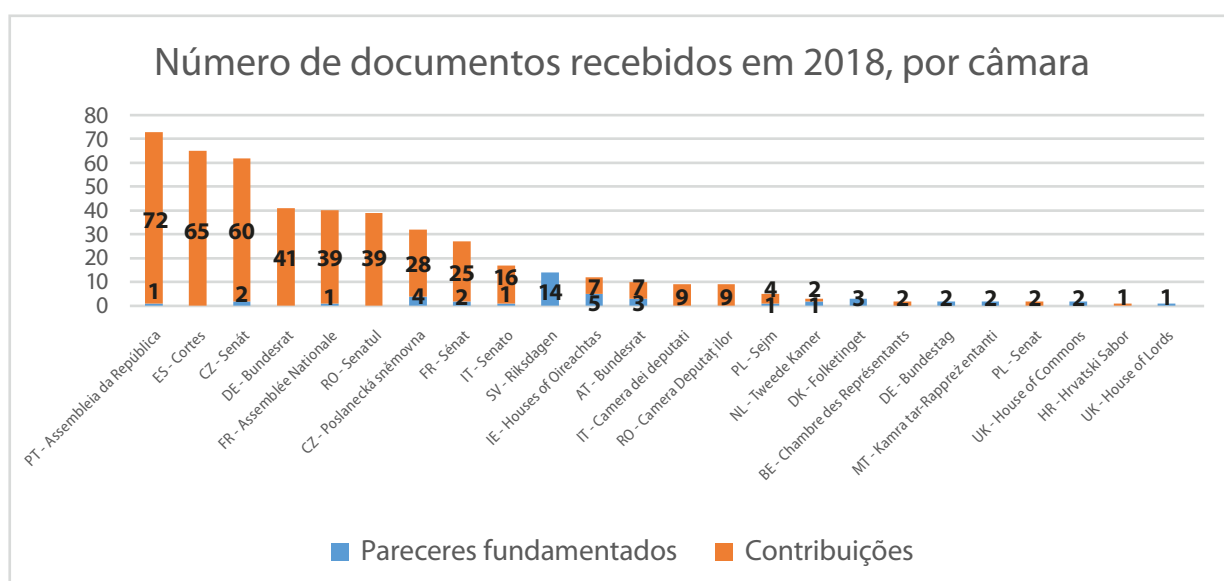
18 Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, artigo 6.º: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os parlamentos regionais com competências legislativas.

19 Regimento do Parlamento Europeu, Anexo V, ponto XVI, n.º 1: A Comissão dos Assuntos Jurídicos tem competência em matéria de «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».

legislativa com o princípio da subsidiariedade e a Comissão decidir manter a sua proposta, a questão é reenviada ao legislador (Parlamento Europeu e Conselho). Caso o legislador considere que a proposta legislativa não é compatível com o princípio da subsidiariedade, poderá rejeitá-la por uma maioria de 55 % dos membros do Conselho ou pela maioria dos votos expressos no Parlamento Europeu («cartão laranja»). Até à data, o procedimento de «cartão amarelo» foi acionado três vezes<sup>20</sup>, enquanto o procedimento de «cartão laranja» nunca foi utilizado.

### 5.1.2. Documentos recebidos dos parlamentos nacionais da UE

Em 2018, o PE recebeu **473** documentos dos parlamentos nacionais no âmbito do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Destes, **46** eram pareceres fundamentados e os demais **427**, contributos. Em 2017, o PE recebeu 421 documentos, dos quais 49 eram pareceres fundamentados e 372, contributos. Em 2018, a percentagem de documentos recebidos aumentou 12 %.



Número de documentos por câmara recebidos em 2018 ao abrigo do Protocolo n.º 2 do Tratado da União Europeia

Em 2018, 16 das 41 câmaras apresentaram pareceres fundamentados. As mais ativas foram o Parlamento sueco (14), o Parlamento irlandês (5) e a Câmara dos Deputados checa (4). O maior número de contributos veio da Assembleia da República portuguesa (72), seguida das Cortes Generales de Espanha (65) e do Senado checo (60).

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (1 de dezembro de 2009), os parlamentos nacionais apresentaram 3272 documentos. Desses, apenas 474 (15 %) eram pareceres fundamentados que alegavam uma violação do princípio da subsidiariedade, enquanto a vasta maioria (2 798 ou 85 %) eram contributos que se ocupavam do conteúdo das propostas.

O anexo IV disponibiliza dados estatísticos sobre os pareceres fundamentados e os contributos recebidos ao abrigo do mecanismo de alerta precoce em 2018.

Os parlamentos nacionais utilizaram o Protocolo n.º 2 como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre a matéria de fundo da proposta e não tanto sobre a subsidiariedade. Tal reflete

<sup>20</sup> Foi utilizado em 2012, quando a Comissão apresentou uma proposta de regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços («Monti II»). A Comissão acabou por retirar a proposta, considerando, no entanto, que não se tinha verificado uma infração ao princípio da subsidiariedade. Foi novamente utilizado em 2013, após a apresentação da proposta de regulamento que instituiu a Procuradoria Europeia. A Comissão decidiu [manter a proposta](#), argumentando que era conforme com o princípio da subsidiariedade. Voltou a ser utilizado em 2016, contra a [proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores](#). A Comissão avançou numerosas [razões](#) para manter a sua proposta, considerando que a mesma não violava o princípio da subsidiariedade porque o destacamento de trabalhadores é, por natureza, uma questão transfronteiriça.

o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo. A Direção disponibiliza aos deputados (em particular aos relatores), aos órgãos políticos e aos serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos e notas de síntese sobre as propostas dos parlamentos nacionais ao longo de todo o ciclo legislativo.

Neste contexto, a Direção mantém a base de dados [CONNECT](#), que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

### **5.1.3. Nota sobre o ponto da situação**

Um outro serviço fornecido pela Direção é a nota mensal sobre o ponto da situação dos pareceres fundamentados e contributos apresentados. Cada nota apresenta uma panorâmica de todos os documentos apresentados desde a nota anterior e remete para todos os dossiês legislativos inscritos na ordem do dia do período de sessões seguinte do PE. As notas são igualmente incluídas nos dossiês das reuniões da Conferência dos Presidentes das Comissões do PE, que se realizam na terça-feira de cada período de sessões em Estrasburgo. As notas sobre o ponto da situação estão igualmente disponíveis antes de cada período de sessões do PE no sítio Web da Direção.

### **5.1.4. Resoluções do Parlamento Europeu**

Em abril de 2018, o Parlamento Europeu adotou duas resoluções relacionadas com a subsidiariedade.

Na sua [resolução de 19 de abril de 2018 sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais \(relator: Paulo Rangel\)](#), o Parlamento conclui que a aplicação do direito de os parlamentos nacionais da UE controlarem o respeito do princípio da subsidiariedade melhorou parcialmente as relações entre as instituições da UE e os parlamentos nacionais da UE. Sublinha, ainda, que o recurso limitado ao procedimento de cartão amarelo «pode indiciar que, de um modo geral, a UE respeita o princípio da subsidiariedade» Recorda, além disso, que «os parlamentos nacionais podem intervir e examinar a questão da conformidade com o princípio da subsidiariedade antes da apresentação de uma iniciativa legislativa por parte da Comissão, na forma de livros verdes e brancos, ou da apresentação anual do programa de trabalho da Comissão».

A [resolução de 12 de abril de 2016 sobre os relatórios anuais de 2015-2016 sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade, \(relatora: Mady Delvaux\)](#), aprovada na sessão plenária de 18 de abril de 2018, comenta o crescente interesse dos parlamentos nacionais da UE no processo de tomada de decisões da União. Nesta resolução, o PE incentivou os parlamentos nacionais a prosseguirem e reforçarem os contactos interparlamentares, também numa base bilateral, como meio de reforçar a cooperação entre os Estados-Membros, e a fazê-lo numa perspetiva europeia democrática. O reforço do diálogo a nível político com os parlamentos nacionais poderá ser um meio para racionalizar os controlos em matéria de subsidiariedade e proporcionalidade. O PE também incentiva a utilização plena das ferramentas existentes, evitando, sempre que possível, criar um número ainda maior de estruturas administrativas complexas e procedimentos morosos.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Aprovação pelo Parlamento Europeu de duas resoluções no domínio das relações interparlamentares, da subsidiariedade e da proporcionalidade
- Aumento do número de comunicações dos parlamentos nacionais da UE

## 5.2. Grupo de trabalho sobre subsidiariedade, proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência»

*O Grupo de Trabalho sobre subsidiariedade, proporcionalidade e «fazer menos com maior eficácia», criado pelo Presidente da Comissão Jean-Claude Juncker, deu início aos seus trabalhos com vista a formular recomendações sobre a melhor forma de aplicar os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, identificar os domínios políticos, nos quais o trabalho poderia ser delegado novamente ou definitivamente devolvido aos Estados-Membros, assim como sobre o modo de melhor envolver os órgãos de poder local e regional na elaboração e execução das políticas da UE. O grupo de trabalho apresentou um relatório em julho de 2018, a que se seguiu uma comunicação da Comissão.*

O Grupo de trabalho sobre subsidiariedade, proporcionalidade e «fazer menos com maior eficácia» iniciou os seus trabalhos em 14 de novembro de 2017. Na sequência de uma decisão da Conferência dos Presidentes, o PE não participou no grupo de trabalho liderado pelo primeiro vice-presidente da Comissão, Frans Timmermans, pelo facto de o PE, na sua qualidade de colegislador, não participar em fóruns consultivos ou grupos de trabalho criados pela Comissão Europeia em matéria de legislação<sup>21</sup>. O grupo de trabalho apresentou relatório ao presidente da Comissão Europeia em julho de 2018.

O trabalho desenvolvido por este grupo foi seguido de uma comunicação da Comissão<sup>22</sup> que não propõe grandes alterações ao mecanismo do sistema de alerta precoce. No entanto, as recomendações incluem uma proposta de utilização de critérios normalizados para as instituições avaliarem a subsidiariedade e a proporcionalidade (uma grelha de subsidiariedade) e para se proceder a uma extensão técnica (sem alterações ao Tratado) do prazo de oito semanas fixado para a apresentação dos pareceres fundamentados.

A comunicação também propõe um melhor envolvimento dos órgãos de poder local e regional. Incentiva os parlamentos nacionais a consultarem os parlamentos regionais ao procederem à elaboração de pareceres fundamentados. A Comissão tenciona ainda fornecer respostas mais bem fundamentadas às comunicações (incluindo as dos parlamentos regionais) e fazer com que o retorno que recebe dos órgãos de poder local e regional relativamente às suas propostas seja mais visível para o PE e o Conselho durante o processo legislativo. Até à data, o Parlamento Europeu não tomou qualquer posição sobre o relatório do grupo de trabalho nem sobre a comunicação da Comissão. No entanto, as duas resoluções do PE adotadas em abril de 2018 abordavam muitas das questões levantadas pelo grupo de trabalho, como, por exemplo, a possibilidade de uma prorrogação técnica do prazo de oito semanas sem alterações ao Tratado, e incluíam, entre outras, propostas para melhorar a utilização do Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a UE (IPEX, ver capítulo 6.1) pelos parlamentos nacionais da UE, a fim de facilitar a coordenação e o intercâmbio de informações.

21 A Conferência dos Presidentes decidiu, por unanimidade, recusar o convite, com base no princípio segundo o qual «nenhum deputado ao Parlamento Europeu deve participar, seja a que título for, em grupos de trabalho ou fóruns consultivos instituídos pela Comissão, sempre que estes organismos abordem temas em que o Parlamento é colegislador».

22 Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões intitulada «Os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade: reforçar o seu papel no processo de elaboração de políticas da UE, COM (2018) 0703.

### 5.3. Diálogo político informal e o Protocolo n.º 1 ao Tratado de Lisboa

*O Protocolo n.º 1 ao TFUE permite aos parlamentos nacionais apresentarem observações sobre ficheiros legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre uma grande diversidade de documentos não legislativos, nomeadamente documentos relacionados com debates em curso a nível europeu, livros verdes, livros brancos, ou comunicações da Comissão. Estes contributos são tratados no âmbito do chamado «diálogo político informal».*

Em 2018, os parlamentos nacionais da UE continuaram a utilizar ativamente esta ferramenta enviando 259 contributos. Neste contexto, os quatro parlamentos/câmaras mais ativos em 2018 foram a Câmara dos Deputados romena (41), a Assembleia da República portuguesa (40), a Câmara dos Deputados checa (37) e o Senado checo (27).

As três comissões que receberam a maioria dos contributos ao abrigo do diálogo político informal foram a Comissão da Cultura e da Educação (CULT), com 32, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), com 31, e a Comissão dos Orçamentos (BUDG), com 25.

Desde 2009, o PE recebeu cerca de 2150 contributos de parlamentos nacionais da UE ao abrigo do Protocolo n.º 1, que também estão publicadas na já referida base de dados CONNECT. O anexo V contém dados estatísticos sobre os contributos recebidos em 2018 ao abrigo do diálogo político informal.

#### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- O número de contributos apresentados no âmbito do diálogo político informal aumentou 30 %, tendo passado de 199 em 2017 para 259 em 2018, facto que provavelmente está relacionado com o maior número de projetos legislativos apresentados pela Comissão
- Atualmente, é mais frequente os parlamentos nacionais fornecerem uma síntese em inglês dos seus contributos ao abrigo do Protocolo n.º 2 e do Protocolo n.º 1, o que facilita o trabalho dos legisladores

## 6. REDES E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

### 6.1. Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)



*O Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) tem por objetivo apoiar a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma para o intercâmbio eletrónico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 41 câmaras de 28 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é constantemente aperfeiçoado, de molde a satisfazer as novas necessidades dos seus utilizadores. Ver: [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu).*

Após a adoção em 2017 da estratégia digital do IPEX, que define as abordagens estratégicas e a adoção do programa de trabalho para 2017-2020, o Conselho do IPEX aprovou a criação de três grupos de trabalho, a saber:

- «Reforçar a promoção do IPEX» (presidido pelo Parlamento Federal Alemão (Bundestag))
- «Reforçar a rede IPEX» (presidido pelo Parlamento dinamarquês (Folketinget)); e
- «Melhorar o sistema digital da base de dados do IPEX» (presidido pelo PE)

De acordo com o calendário definido pelo Conselho do IPEX, os dois primeiros grupos de trabalho elaboraram uma lista de propostas concretas relativas ao desenvolvimento do IPEX como plataforma e como rede. Além disso, as reuniões anuais dos correspondentes IPEX (a última das quais foi realizada em Taline, em 22 e 23 de novembro de 2018) e a Conferência semestral dos utilizadores (cuja última reunião foi organizada pelo Parlamento sueco (Riksdag) em Estocolmo, em 2 de março de 2018) forneceram contributos e perspetivas úteis sobre as expectativas e as ideias suscetíveis de aplicação.

O objetivo é fazer do IPEX a principal plataforma para o intercâmbio parlamentar, tornando-o um «balcão único» para o intercâmbio de documentos e informações. Em 2018, o IPEX tornou-se a plataforma Web de todos os fóruns interparlamentares. Para além das conferências interparlamentares (CIP) já existentes, como a CIP PESC/PCSD, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE e a CIP ECGE (Estabilidade, Coordenação e Governação Económica), o IPEX também passou a fornecer a informação pública da COSAC e do grupo de controlo parlamentar conjunto (GCPC) da Europol.

Outro objetivo é criar uma nova secção do IPEX dedicada a questões horizontais de dimensão europeia fora do âmbito do sistema de alerta precoce em matéria de subsidiariedade. Esta secção dedicar-se-ia a questões horizontais, como, por exemplo, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP), o Semestre Europeu e os documentos da Comissão Europeia.

A Direção, representante do PE no Conselho do IPEX, incentivou e promoveu este processo, participando ativamente nos trabalhos dos três grupos de trabalho. Fê-lo na sequência do

mandato incluído em duas resoluções aprovadas em abril de 2018 que dizem diretamente respeito à necessidade de uma forte promoção do IPEX (descrito, no relatório Rangel, como a base de uma *ágora parlamentar comum*).

Para o IPEX, 2018 foi um ano de profundas reflexões e desenvolvimentos, tendo continuado a desempenhar o seu papel de plataforma dos parlamentos nacionais da UE para a subsidiariedade e o controlo dos projetos legislativos da UE. O IPEX publica atualmente cerca de 98 000 páginas produzidas pelos parlamentos nacionais e as instituições da União Europeia, com informações sobre controlo parlamentar em 73 000 documentos elaborados pelas instituições da UE e ligados a mais de 11 000 dossiês. Em 2018, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados na rede IPEX foi de 1 119, contra 1 053 em 2017<sup>23</sup>.

Em 2018, o sítio Web IPEX foi visitado por quase 300 000 visitantes individuais, em comparação com 307 737 em 2017. O número de páginas visualizadas — quase 16 milhões — é o mais elevado registado até à data, com um aumento de mais de 10 milhões de páginas relativamente a 2017. Este aumento de 60 % das visualizações pode ficar a dever-se ao acréscimo de informação disponível no sítio.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- O IPEX tornou-se o sítio Web de todas as conferências interparlamentares
- O IPEX prosseguiu a sua evolução de «ferramenta» para «rede»

## **6.2. Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)**

*Gerido conjuntamente pelo PE e a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o CEIDP tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 41 na União Europeia) de 54 países e instituições europeias. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas.*

Em 2018, o número de pedidos comparáveis foi quase tão elevado como o recorde alcançado em 2017. Os parlamentos membros do CEIDP apresentaram 333 pedidos à rede, contra 337 em 2017. Estes pedidos deram origem a 7 174 respostas, o que representa um ligeiro aumento em relação a 2017, com 7 160.

Na sua função de facilitador, a Direção presta apoio aos respetivos serviços do PE. Em 2018, o PE transmitiu cinco pedidos à rede CEIDP. Além disso, coordenou, em nome de outros serviços, 26 respostas do PE a pedidos apresentados por outros parlamentos da rede CEIDP.

Em 27 e 28 de setembro, a Direção-Geral dos Serviços de Estudos do Parlamento Europeu e a Direção organizaram, nas instalações do PE em Bruxelas, um seminário do CEIDP sobre o futuro dos serviços de investigação e das bibliotecas parlamentares e a melhor forma de apoiar os deputados eleitos.

O evento reuniu 60 participantes, provenientes de 28 câmaras parlamentares. O seminário centrou-se na prestação de serviços aos deputados nas suas múltiplas funções: a título individual,

<sup>23</sup> Os números das diferentes plataformas institucionais da UE (CE, Conselho da UE e PE) relativos ao controlo da subsidiariedade e aos procedimentos conexos divergem. Pode atribuir-se estas diferenças a várias causas. Cada modalidade de contagem assenta no respeito de critérios claramente definidos. No caso do IPEX, que é um órgão parlamentar multilateral no qual a contagem dos documentos não tem impacto jurídico, os documentos são classificados com base na definição e na categoria atribuída pelo Parlamento/Câmara parlamentar que os publicou.

enquanto membros de comissões especializadas e no âmbito das suas crescentes atividades de sensibilização.



Intervenção do Vice-Presidente Bogusław Liberadzki durante o seminário do CEIDP realizado em setembro

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Implementação do motor de pesquisa atualizado no sítio Web do CEIDP

### **6.3. Rede de representantes dos parlamentos nacionais da UE em Bruxelas**

*A Direção acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos Parlamentos/ Câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991 e com o intuito de reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o PE disponibiliza gratuitamente aos representantes, mediante pedido, gabinetes e outras estruturas internas nas suas instalações em Bruxelas e Estrasburgo.*

Desde sempre, todos os parlamentos nacionais enviam funcionários nacionais a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. Atualmente, no PE, 37 gabinetes são utilizados por 55 funcionários de 40 câmaras parlamentares. Os representantes trabalham no mesmo edifício do PE onde está instalada a Direção, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios.

Estes representantes são funcionários nacionais que, para além das funções administrativas que lhes foram atribuídas, são responsáveis pela partilha mútua de informações (fluxo recíproco entre o PE e os parlamentos nacionais da UE) como fator decisivo nos assuntos da UE.

Uma novidade, em 2018, foi a introdução de um novo formato de cooperação com os representantes dos parlamentos nacionais, sob a forma de seminários organizados pela Direção. Os representantes dos parlamentos nacionais tiveram a oportunidade de participar numa troca de pontos de vista informal com diferentes serviços do PE. Em 2018, foram organizados seminários sobre comunicação, direito comparado e o Brexit.



Uma lista dos representantes dos parlamentos nacionais está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/networks/representatives-of-national-parliaments.html>

#### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Introdução de seminários informais enquanto nova forma de cooperação com os representantes

#### **6.4. Seminários para o pessoal**

*«Considerando que uma melhor interação e um melhor intercâmbio de informações entre os deputados do Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais poderiam contribuir para melhorar o escrutínio do debate europeu a nível nacional e assim promover uma cultura parlamentar e política genuinamente europeia», sugere a resolução do PE sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais<sup>24</sup>. A Direção organizou, em 2018, uma série de seminários para o pessoal dos parlamentos/câmaras nacionais da UE. O objetivo é reunir pessoal dos parlamentos nacionais e do PE, a fim de apresentar e debater temas europeus relevantes, aprender com as experiências dos outros e proceder ao intercâmbio de boas práticas.*

Para além da cooperação interparlamentar a nível político, um importante desenvolvimento em 2018 foi a organização de seminários para o pessoal, a fim de facilitar os intercâmbios técnicos ao nível do pessoal.

Os seminários para o pessoal constituem uma plataforma importante para a administração do Parlamento realizar intercâmbios mais específicos centrados em áreas de interesse comum. Os seminários para o pessoal constituem um elemento dinâmico do trabalho do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais da UE. Em 2018 registou-se um aumento significativo do interesse por estes intercâmbios.

Foram organizados dois seminários para o pessoal em 2018 pela Direção e pela Direção-Geral das Políticas Internas, reunindo cerca de 80 membros do pessoal de parlamentos/câmaras nacionais. O primeiro seminário, em julho<sup>25</sup>, foi dedicado ao Semestre Europeu e, em especial, ao reforço da cooperação e ao desenvolvimento de capacidades a nível administrativo entre os parlamentos nacionais da UE no domínio da governação económica. O segundo seminário, no seguimento deste, foi realizado em novembro<sup>26</sup> e permitiu partilhar perspetivas mais aprofundadas.

Além disso, o pessoal de investigação parlamentar dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu continua a cooperar através da rede CEIDP (ver capítulo 6.2).

24 Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2018, sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais (textos aprovados, P8\_TA(2018)0186).

25 O Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas a partir de uma perspetiva parlamentar.

26 O início do ciclo do Semestre Europeu de 2019.

## 7. FERRAMENTAS E ATIVIDADES DE APOIO

### 7.1. CONNECT

# CONNECT

*A Direção disponibiliza aos deputados europeus (em particular aos relatores) e aos órgãos políticos e serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos sobre os contributos dos parlamentos nacionais, ao abrigo dos protocolos 1 e 2, ao longo de todo o ciclo legislativo. Neste contexto, a Direção gere a base de dados [CONNECT](#), que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, ao abrigo dos protocolos 1 e 2. Os pareceres fundamentados relativos ao mecanismo de alerta precoce estão disponíveis em todas as línguas oficiais da UE.*

Desde 2017 que a base de dados CONNECT pode ser consultada no sítio Web da [Direção](#).

Todas as informações contidas na base de dados CONNECT, incluindo os pareceres fundamentados e os contributos recebidos dos parlamentos nacionais, estão diretamente disponíveis na aplicação eCommittee, o espaço de trabalho comum das DG IPOL e EXPO, no procedimento a que se referem. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais. Trata-se de um importante passo em frente, uma vez que permite aos relatores, aos deputados, aos assistentes e ao pessoal dos secretariados das comissões, bem como a todas as partes interessadas externas, ter uma panorâmica atualizada de todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais a qualquer momento relativos a um determinado processo legislativo. Em 31 de dezembro de 2018, encontravam-se 5 507 documentos (pareceres fundamentados e contributos) dos parlamentos nacionais da UE na base de dados CONNECT.

#### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Continuação da implementação das melhorias, tanto em termos de conteúdo como de aspetos visuais e técnicos, na base de dados CONNECT

### 7.2. Diretório de correspondência entre comissões (CorCom)

# CORCOM

*O diretório de correspondência entre comissões (CorCom) é um recurso de informação sobre as comissões dos parlamentos nacionais correspondentes às comissões do Parlamento Europeu. Também contém informações sobre os diferentes secretariados das comissões dos parlamentos nacionais da UE e do Parlamento Europeu. As informações contidas no diretório são fornecidas pelos representantes permanentes dos parlamentos nacionais da UE com sede em Bruxelas.*

Na sequência da adoção de uma resolução, em maio de 2009<sup>27</sup>, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais (relator Elmar Brok), o Regimento

<sup>27</sup> Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de maio de 2009, sobre o desenvolvimento das relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais ao abrigo do Tratado de Lisboa (JO C 212 E de 5.8.2010, p. 9).

do Parlamento Europeu foi revisto em conformidade e estabelece agora que «uma comissão pode encetar diretamente um diálogo com os parlamentos nacionais a nível de comissões, dentro dos limites das dotações orçamentais reservadas para esse efeito. Este diálogo pode incluir formas adequadas de cooperação pré-legislativa e pós-legislativa» (artigo 142.º, n.º 3).

A aplicação CorCom está constantemente a ser melhorada, tendo em conta a evolução das necessidades dos utilizadores. Tornou-se uma aplicação baseada na web<sup>28</sup>, sendo muito mais fácil de utilizar, e está equipada com um conjunto de novas funcionalidades. O número de páginas visualizadas mensalmente é, em média, de 13 550.

### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Atualização dos dados incluídos na base de dados CorCom

### **7.3. Programas de apoio ao «Parlamento na Presidência»**

*O PE tem vindo a promover constantemente uma cooperação alargada entre a sua administração e as dos parlamentos nacionais da UE, em especial na fase preparatória da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. Quando o parlamento da nova Presidência solicita a assistência do PE para preparar a dimensão parlamentar da Presidência, o PE pode oferecer ao parlamento da Presidência um programa de apoio feito à medida, baseado nas suas necessidades e prioridades específicas. Esta iniciativa prevê a possibilidade de estabelecer contactos pessoais com os parlamentos da Presidência e permite uma transferência eficaz de conhecimentos especializados, facilitando assim a continuação dos trabalhos e garantindo a coerência. O PE pode contribuir para o custo do programa numa base partilhada com o respetivo parlamento.*

Em 2018, a Direção disponibilizou um programa de apoio abrangente a ambas as câmaras do Parlamento romeno. Este apoio incluiu reuniões com diversos secretariados das comissões do PE e de outros serviços competentes, bem como com representantes de vários parlamentos nacionais dos Estados-Membros que exerceram a Presidência do Conselho nos últimos anos.

Estas reuniões ofereceram, aos funcionários romenos, a oportunidade de partilharem experiências sobre a organização das principais reuniões e conferências interparlamentares. Estas reuniões fazem parte integrante da dimensão parlamentar de cada Presidência do Conselho da UE. Incluem as reuniões da COSAC, a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na UE, a Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD e o GCPC sobre a Europol.

Um programa semelhante será implementado para o Parlamento croata em 2019, para preparar a dimensão parlamentar da primeira Presidência croata do Conselho da UE no primeiro semestre de 2020.

### **Visitas de estudo de desenvolvimento de capacidades**

O PE também pode organizar curtas visitas de estudo de desenvolvimento de capacidades para os parlamentos que estão a adaptar ou a modernizar a sua organização interna e manifestem interesse no funcionamento e nos conhecimentos especializados do PE.

Na sequência de uma troca de cartas entre os respetivos secretários-gerais, foi organizada uma primeira visita de desenvolvimento de capacidades para um grupo de funcionários da Câmara

<sup>28</sup> CorCom destina-se exclusivamente a uso interno. Encontra-se disponível na intranet do Parlamento Europeu.

dos Representantes de Chipre, em janeiro de 2018. Em setembro e novembro de 2018, o PE satisfaz dois pedidos de visitas de estudo do Parlamento da Estónia.

#### **Principais desenvolvimentos em 2018:**

- Organização de um programa de apoio para ambas as câmaras do Parlamento romeno
- Organização da primeira visita de estudo de desenvolvimento de capacidades para funcionários do Parlamento de Chipre, em janeiro

#### **7.4. Publicações da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais**

*A Direção oferece diversas publicações, uma das quais é «The Spotlight on Parliaments in Europe». Esta publicação bimestral fornece informações sobre as questões de atualidade que foram debatidas entre os parlamentos na rede CEIDP.*

*Além disso, a «Weekly Agenda» fornece informações sobre as atividades que envolvem os parlamentos nacionais, com vista a aumentar a transparência e a visibilidade das inúmeras atividades interparlamentares realizadas, e a «State of Play Note» fornece informações sobre os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.*

Em 2018, a Direção elaborou cinco novas edições da Spotlight (n.os 19 a 23), que abrangeram um grande número de temas, como:

- 19 - Assédio no local de trabalho
- 20 - Jornalistas e acionistas das empresas de comunicação social
- 21 - Naturalização por exceção para empresários e investidores estrangeiros
- 22 - Cidadania das crianças nascidas de barrigas de aluguer
- 23 - O papel dos parlamentos nacionais no Conselho Europeu

As publicações estão disponíveis no sítio Web da Direção, e podem ser consultadas a partir da seguinte hiperligação:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatpar/en/home/publications.html>

A «Weekly Agenda» é enviada por email às sextas-feiras para todos os deputados e serviços do Parlamento Europeu. Em 2018, foram enviadas 46 «Weekly Agenda». A publicação cobre os eventos interparlamentares das próximas duas semanas, como as visitas bilaterais, as conferências interparlamentares, as reuniões interparlamentares de comissões, etc. São fornecidas informações sobre a data, o local e os serviços do PE envolvidos. São igualmente fornecidos os contactos do administrador responsável na Direção.

A Direção também produz mensalmente uma «State of Play Note» sobre os pareceres fundamentados e contributos apresentados pelos parlamentos nacionais (ver capítulo 5.1.2).

Além disso, gere um sítio Web com informações sobre as atividades e publicações futuras da Direção.

## **8. A DIREÇÃO PARA AS RELAÇÕES COM OS PARLAMENTOS NACIONAIS**

2018 foi mais um ano de crescimento e de cooperação para a Direção. Foi um ano marcado por inúmeras atividades, pela chegada de novos colegas e por novos parceiros, pela participação em eventos interparlamentares de alto nível, pelo reforço dos laços com outros serviços do Parlamento Europeu e por metas importantes.

Em conformidade com o lema da DG Presidência «Impacto através da cooperação», a Direção continuou a prestar, aos deputados e ao secretariado do PE, os serviços e o aconselhamento necessários para aprofundar a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais da UE.

A Direção presta apoio às atividades interparlamentares, contribui para a implementação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar e funciona como um centro de conhecimento de informação sobre os parlamentos nacionais da UE. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais da UE em Bruxelas e mantém ligações estreitas com as respetivas administrações.

A Direção agradece o apoio contínuo do secretário-geral e do secretário-geral adjunto, bem como de todos os serviços das Direções-Gerais do PE com quem coopera.

Diretora: Katrin Ruhmann

A Direção é composta por duas unidades.

### **Unidade de Cooperação Institucional**

Os domínios de competência da Unidade de Cooperação Institucional incluem a cooperação multilateral regulamentada, ou seja, a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, as reuniões dos secretários-gerais dos parlamentos da UE e a COSAC. A Unidade também lida com as redes estabelecidas, nomeadamente o IPEX e o CEIDP, e gere a cooperação com a Direção-Geral das Políticas Externas (DG EXPO), a coordenação dos programas de apoio do Parlamento da Presidência e as visitas de desenvolvimento de capacidades.

Chefe de Unidade: Pekka Nurminen

### **Unidade de Diálogo Legislativo**

A Unidade de Diálogo Legislativo é essencialmente responsável pelo diálogo político e legislativo com os parlamentos nacionais. Planeia, coordena e organiza reuniões interparlamentares a nível das comissões, incluindo reuniões interparlamentares de comissões, a Semana do PE e o GCPC sobre a Europol. Também assegura o controlo da observância do princípio da subsidiariedade e o seguimento com os relatores e as comissões sobre a aplicação do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. A Unidade também organiza seminários temáticos que reúnem as administrações do PE e dos parlamentos nacionais e é responsável pelas bases de dados CONNECT e CorCom.

Chefe de Unidade: Jesús Gómez

O relatório, bem como informações sobre as relações do Parlamento Europeu com os parlamentos nacionais da UE, pode ser consultado no sítio Web do Parlamento Europeu:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/home/news.html>

## 9. ANEXOS

### ANEXO I: Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2018

Evento da COSAC	Local, data	Temas	Principais oradores/ intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos Presidentes	Sofia, 21-22 de janeiro de 2018	<p>I – Prioridades da Presidência búlgara do Conselho da UE</p> <p>II – O futuro da União Europeia - Força na unidade</p> <p>III – O papel das estratégias macrorregionais da UE para o desenvolvimento sustentável, a estabilidade e a segurança</p>	Iskra Mihaylova, presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu
Reunião plenária da LIX COSAC	Sofia, 17-19 de junho de 2018	<p>I – Resultados da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia</p> <p>II – Integração e conectividade dos Balcãs Ocidentais - um novo impulso à política de alargamento da UE</p> <p>III – Pilar Europeu dos Direitos Sociais - construir uma Europa mais inclusiva e mais justa</p> <p>IV – Uma política de coesão forte e eficaz após 2020</p> <p>V – Cooperação interparlamentar na UE no contexto do debate sobre a subsidiariedade e a proporcionalidade</p>	<p>Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu</p> <p>Danuta Maria Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu</p> <p>Iskra Mihaylova, presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu</p>
Reunião dos Presidentes	Viena, 8-9 de julho de 2018	<p>I – Prioridades da Presidência austríaca do Conselho da União Europeia</p> <p>II – O futuro e as perspetivas da União Europeia</p>	Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu
Reunião plenária da LX COSAC	Viena, 18-20 de novembro de 2018	<p>I – Ponto da situação da Presidência austríaca do Conselho da União Europeia</p> <p>II – Brexit - situação atual</p> <p>III – Política climática e União da Energia</p> <p>IV – Uma União Europeia transparente e mais próxima dos cidadãos face às futuras eleições para o Parlamento Europeu</p>	<p>Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu</p> <p>Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu</p>

Para informações mais pormenorizadas sobre as ordens do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio Web do IPEX: [www.ipex.eu](http://www.ipex.eu)

## ANEXO II: Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas em 2018

					Número de participantes			
					Parlamentos nacionais da UE <sup>1</sup>			PE
	Comissões	Data	Evento	Título	Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
1	LIBE	24 de janeiro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	A Agenda Europeia da Migração - Vias de entrada legais e integração	36	15	19	40
2	ECON/EMPL/BUDG	19-20 de fevereiro	Semana Parlamentar Europeia: Conferência sobre o Semestre Europeu	Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia	121	27	36	ECON ICM - 14 EMPL ICM - 10 BUDG ICM - 18 ----- ----- Plenário 19/2 - 19 Plenário 20/2 - 31
3	LIBE	27 de fevereiro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Pactos globais da ONU sobre refugiados e migrantes e o papel dos parlamentos	30	17	21	43
4	FEMM	8 de março	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Dia Internacional da Mulher de 2018 - Conferir autonomia às mulheres e jovens nos meios de comunicação e nas TIC: a chave para o futuro	22	17	17	20
5	AGRI	24 de abril	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	A PAC após 2020: o futuro da alimentação e da agricultura	58	22	29	49
6	LIBE	15 de maio	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Implementação do pacote relativo à proteção de dados - na véspera da sua aplicação	32	16	19	24
7	TRAN	20 de junho	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	O investimento da UE em redes de transportes para além de 2020	29	18	16	23
8	CONT	11 de julho	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Boa gestão dos fundos da UE: poderes de controlo orçamental do PE; Desempenho e visibilidade dos projetos financiados pela UE nos Balcãs Ocidentais, especialmente no que respeita à cooperação transfronteiriça	24	11	12	26
9	LIBE	24-25 de setembro	3.ª REUNIÃO DO GCPC SOBRE A EUROPOL		65	27	37	10
10	ECON	9 de outubro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Recomendações específicas por país	17	13	13	36
11	AFCO	10 de outubro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Ponto da situação do debate sobre o futuro da Europa	26	16	18	12

					Número de participantes			
					Parlamentos nacionais da UE <sup>1</sup>			PE
	Comissões	Data	Evento	Título	Deputados	Parlamentos	Câmaras	Deputados
12	LIBE	18 de outubro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Aspetos relativos aos direitos fundamentais no âmbito da inclusão dos ciganos e da luta contra a hostilidade em relação aos ciganos	16	10	11	10
13	CULT	19-20 de outubro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Património cultural europeu	42	28	28	14
14	DROI	20 de novembro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Direitos humanos e ações externas da UE e dos Estados-Membros	23	15	17	11
15	JURI/PETI	27 de novembro	REUNIÃO INTERPARLAMENTAR DE COMISSÕES	Capacitar os parlamentos e fazer valer os direitos dos cidadãos na implementação e execução do Direito da União	14	19	26	9
	<b>TOTAL</b>				<b>555</b>	<b>271</b>	<b>319</b>	<b>369</b>

1 Estados-Membros da EU, países candidatos e países vizinhos.



### ANEXO III: Visitas dos parlamentos nacionais<sup>29</sup> ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) 2018

Data	Duração da visita (em dias)	Parlamentos/ Câmaras	Pais - Câmara	Comissão/Outros	Tipo de visita (presidente/deputado/funcionário)	Número de deputados participantes	Número de funcionários participantes
22/01/2018	1	DA1	DA - Parlamento dinamarquês	Comité da Educação e da Investigação	Deputados e funcionários	6	2
22/01/2018	1	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Wim van de Camp, deputado; Matthijs van Miltenburg, deputado	Deputados e funcionários	5	1
25/01/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Comité de Avaliação e Controlo das Políticas Públicas	Deputados e funcionários	2	1
25/01/2018	1	FI1	FI - Parlamento finlandês	Visita de funcionários	Funcionários	0	19
30-31/01/2018	2	CZ1	CZ - Câmara dos Deputados	Mairead McGuinness, vice-presidente; Guy Verhofstadt, ALDE	Orador e funcionários	0	8
31/01/-01/02/2018	2	NO1	NO - Parlamento norueguês	Visita de trabalho de membros e funcionários	Deputados e funcionários	12	2
06/02/2018	1	LT1	LT - Parlamento lituano	Vilija BLINKEVIČIŪTĖ, presidente da Comissão FEMM	Deputados e funcionários	3	3
19/02/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Comité Restrito de Saída da União Europeia	Deputados e funcionários	21	5
20/02/2018	1	UK2	UK - Câmara dos Lordes	Comité Restrito da UE	Deputados e funcionários	7	4
20/02/2018	1	CZ1 e CZ2	CZ - Parlamento	Paolo De Castro, vice-presidente da Comissão AGRI	Deputados e funcionários	5	3
22/02/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Comité permanente da administração local e da administração pública	Deputados e funcionários	12	2
23/02/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Visita de funcionários	Funcionários	0	2
27/02/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Sarah Jones, deputada	Deputados	1	0
27-28/02/2018	2	FR1	FR - Assembleia Nacional	1 deputado e 1 funcionário	Deputados e funcionários	1	1
01/03/2018	1	BG1	BG - Parlamento búlgaro	Veselin Mareski, vice-presidente do Parlamento búlgaro e 2 deputados	(Vice-)presidente, deputados e funcionários	3	1
05-06/03/2018	2	IE1 e IE2	IE - Câmaras do Parlamento Nacional irlandês	Comissões LIBE e AGRI	Funcionários	0	11
07/03/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Comité Permanente das Finanças	Deputados e funcionários	19	10

<sup>29</sup> Parlamentos nacionais da UE; Parlamento norueguês; Conselho Nórdico.

Data	Duração da visita (em dias)	Parlamentos/ Câmaras	Pais - Câmara	Comissão/Outros	Tipo de visita (presidente/deputado/funcionário)	Número de deputados participantes	Número de funcionários participantes
19-20/03/2018	2	UK2	UK - Câmara dos Lordes	Funcionários do Subcomité de Assuntos Financeiros da UE	Funcionários	0	3
20/03/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Secretários de Estado e Conselheiros Políticos do Governo norueguês	Funcionários	0	29
20/03/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários	Deputados e funcionários	3	6
21/03/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Visita de funcionários	Funcionários	0	2
22/03/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	1 deputado e 1 funcionário	Deputados e funcionários	1	1
09/04/2018	1	DA1	DA - Parlamento dinamarquês	Comité dos Transportes	Deputados e funcionários	7	6
09/04/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	François de Rugy, presidente: reunião com Guy Verhofstadt e o Presidente do PE, Antonio Tajani, sobre o Brexit	Presidente, deputados e funcionários	11	6
09/04/2018	1	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Guy Verhofstadt, ALDE	Deputados e funcionários		1
10/04/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Sabine Thillaye, presidente do Comité dos Assuntos Europeias	Deputados e funcionários	1	1
11/04/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Comité Permanente da Energia e do Ambiente	Deputados e funcionários	16	1
12/04/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Deputados	Deputados e funcionários	4	1
18-19/04/2018	2	PL1	PL - Câmara Baixa do Parlamento polaco	Visita de funcionários	Funcionários	0	4
25/04/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Comité Permanente dos Negócios e da Indústria	Deputados e funcionários	11	2
14/05/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Rt. Hon Sir Lindsay Hoyle, vice-presidente	(Mice-)presidente e funcionários	1	2
17/05/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Damien Pichereau, deputado	Deputados e funcionários	1	1
22/05/2018	1	AT1	AT - Conselho Nacional	Mairead McGuinness, vice-presidente; Daniel Caspary, deputado ao PE; Sylvia-Yvonne Kaufmann, deputada ao PE, e DG COMM	Deputados e funcionários	18	4
24/05/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Visita de funcionários	Funcionários	0	9
24/05/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Bruno Studer, deputado: reunião com Julia Reda, deputada ao PE, e vice-presidente Sylvie Guillaume, sobre notícias falsas	Deputados e funcionários	1	1

Data	Duração da visita (em dias)	Parlamentos/ Câmaras	Pais - Câmara	Comissão/Outros	Tipo de visita (presidente/deputado/funcionário)	Número de deputados participantes	Número de funcionários participantes
04/06/2018	1	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Yana Toom, deputada ao PE e DG PRES	Deputados e funcionários	6	6
18/06/2018	1	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Comité dos Assuntos escoceses: reunião com Bernd Lange, presidente da Comissão INTA, e deputados ao PE escoceses sobre a Escócia e o Brexit, comércio e investimento estrangeiro	Deputados e funcionários	8	3
19/06/2018	1	DE1	DE - Parlamento Federal alemão	Comissão ECON	Deputados e funcionários	15	7
25/06/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários	Deputados e funcionários	4	3
26/06/2018	1	AT1 e AT2	AT - Parlamento	Claude Moraes, presidente da Comissão LIBE	Deputados e funcionários	1	2
28/06/2018	1	AT1 e AT2	AT - Parlamento	Visita de funcionários	Funcionários	0	15
02/07/2018	1	BE2	BE - Senado	DG COMM	Funcionários	NA	NA
09/07/2018	1	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Gerben Jan Gerbrandy, deputado ao PE; Bas Eickhout, deputado ao PE	Deputados e funcionários	1	1
10/07/2018	1	SV1	SV - Parlamento sueco	Urban Ahlin, presidente: reunião com o Presidente do PE, Antonio Tajani	Presidente	1	0
10-11/07/2018	2	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Visita de funcionários e DG PRES	Funcionários	0	9
11/07/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Deputados: reunião com Verónica Lope Fontagné, deputada ao PE, sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais	Deputados e funcionários	2	1
12/07/2018	1	FR1 e DE1	FR - Assembleia Nacional e DE - Parlamento Federal alemão	Reunião conjunta dos membros dos comités dos Assuntos da UE	Deputados e funcionários	13	6
28/08/2018	1	DE1	DE - Parlamento Federal alemão	Comissão TRAN	Deputados e funcionários	8	7
06/09/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Visita de funcionários	Funcionários	0	22
06/09/2018	1	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Comité das Políticas da UE	Deputados e funcionários	3	2
06/09/2018	1	ES1 e ES2	ES - Cortes Gerais	Guy Verhofstadt, ALDE e Jaume Duch	Deputados e funcionários	31	11
12/09/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Mesa do Comité dos Assuntos Europeus	Deputados e funcionários	9	2

Data	Duração da visita (em dias)	Parlamentos/ Câmaras	Pais - Câmara	Comissão/Outros	Tipo de visita (presidente/deputado/funcionário)	Número de deputados participantes	Número de funcionários participantes
12/09/2018 (Strasbourg)	1	FI1	FI - Parlamento finlandês	Comissão de Finanças	Deputados e funcionários	10	1
13/09/2018 (Brussels)	1	FI1	FI - Parlamento finlandês	Comissão de Finanças	Deputados e funcionários	10	1
13/09/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Ministério norueguês do Trabalho e dos Assuntos Sociais	Funcionários	0	5
19/09/2018	1	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Visita de funcionários e DG PRES	Deputados e funcionários	3	4
24/09/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Damien Pichereau, deputado (Comité dos Assuntos Europeus)	Deputados e funcionários	1	1
24-28/9/2018	5	EE1	EE - Parlamento estónio	Aaro Mõttus, secretário-geral adjunto	Secretário-geral adjunto	0	1
25/09/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Deputados e 1 funcionário	Deputados e funcionários	2	1
25/09/2018	1	UK2	UK - Câmara dos Lordes	Visita de funcionários	Funcionários	0	5
26/09/2018	1	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Comité da Agricultura (videoconferência)	Deputados	NA	NA
27/09/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários	Deputados e funcionários	3	2
27/09/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Funcionários da missão da Noruega junto da UE	Funcionários	0	10
03/10/2018	1	PL1	PL - Câmara Baixa do Parlamento polaco	Deputados ao PE	Presidente	0	4
09-10/10/2018	2	IT2	IT - Senado	Visita de funcionários sobre segurança	Funcionários	0	2
09/10/2018	1	DE1	DE - Parlamento Federal alemão	Comissão PETI	Deputados e funcionários	13	7
08-09/10/2018	2	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Roberto Fico, presidente	Presidente	1	NA
10/10/2018	1	UK2	UK - Câmara dos Lordes	Subcomité dos Assuntos Internos da UE	Deputados e funcionários	4	3
10/10/2018	1	EL1	EL - Parlamento grego	Visita de informação dos deputados às instituições europeias	Deputados e funcionários	22	2
11/10/2018	1	PL1	PL - Câmara Baixa do Parlamento polaco	Comissões ITRE e AFCE	Deputados	25	4
16/10/2018	1	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Comités do Orçamento e das Políticas Europeias (videoconferência)	Deputados	NA	NA

Data	Duração da visita (em dias)	Parlamentos/ Câmaras	País - Câmara	Comissão/Outros	Tipo de visita (presidente/deputado/funcionário)	Número de deputados participantes	Número de funcionários participantes
17/10/2018	1	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Comités dos Assuntos Externos e das Políticas Europeias (videoconferência)	Deputados	NA	NA
18/10/2018	1	NO1	NO - Parlamento norueguês	Funcionários do tribunal de comarca de Follo	Funcionários	0	19
06/11/2018	1	UK2	UK - Câmara dos Lordes	Subcomité dos Assuntos Internos da UE	Deputados e funcionários	8	2
06/11/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Deputados e 1 funcionário	Deputados e funcionários	2	1
08/11/2018	1	IE1 e IE2	IE - Câmaras do Parlamento Nacional irlandês	Mairead McGuinness, vice-presidente e DG PRES	Funcionários	0	8
08-09/11/2018	2	UK1	UK - Câmara dos Comuns	Visita de funcionários	Funcionários	0	9
19/11/2018	1	IT2	IT - Senado	Mauro Fioroni, diretor do serviço de TI do senado	Funcionários	0	1
20/11/2018	1	FR1	FR - Assembleia Nacional	Membros e funcionários	Deputados e funcionários	2	2
21/11/2018	1	IT1	IT - Câmara dos Deputados	Comité das Políticas Europeias (videoconferência)	Deputados	NA	NA
22/11/2018	1	FI1	FI - Parlamento finlandês	Visita de funcionários	Funcionários	0	6
22/11/2018	1	DA1	DA - Parlamento dinamarquês	Comissão de Contas Públicas	Deputados e funcionários	5	7
22/11/2018	1	IT2	IT - Senado	Evento da EUNEWS no Senado: Deputado ao PE Roberto Gualtieri (videoconferência)	NA	NA	NA
25 -26 11	2	NL2	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Klaus Welle, Secretário-Geral	Deputados e funcionários	1	8
26-27/11/2018	2	IT2	IT - Senado	Comité dos Assuntos Externos do Senado mais o presidente	Deputados e funcionários	2	2
26-27/11/2018	2	CZ1	CZ - Câmara dos Deputados	Dana Balcarova, presidente do Comité do Ambiente	Deputados e funcionários	1	1
27/11/2018	1	IT1 e IT2	IT - Senado e Câmara dos Deputados	Comités da Agricultura do Senado e da Câmara dos Deputados (videoconferência)	Deputados	20	0
04/12/2018	1	FI1	FI - Parlamento finlandês	Arto Satonen, presidente do Grande Comité	Deputados e funcionários	1	1
04/12/2018	1	SL1	SL - Assembleia Nacional	DG COMM	Deputados e funcionários	18	7
11/12/2018	1	IE1 e IE2	IE - Câmaras do Parlamento Nacional irlandês	DG PRES	Deputados e funcionários	3	2

## ANEXO IV: Dados sobre o mecanismo de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- Os **pareceres fundamentados** são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa
- Os **contributos** designam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos

Documentos recebidos dos parlamentos nacionais em 2018			
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados	Contributos
		2018	2018
Áustria	Conselho Nacional	0	0
Áustria	Conselho Federal	3	7
Bélgica	Câmara dos Representantes	0	2
Bélgica	Senado	0	0
Bulgária	Assembleia Nacional	0	0
Croácia	Parlamento	0	1
Chipre	Parlamento	0	0
República Checa	Câmara dos Deputados	4	28
República Checa	Senado	2	60
Dinamarca	Parlamento	3	0
Estónia	Parlamento	0	0
Finlândia	Parlamento	0	0
França	Assembleia Nacional	1	39
França	Senado	2	25
Alemanha	Parlamento Federal	2	0
Alemanha	Conselho Federal	0	41
Grécia	Parlamento	0	0
Hungria	Parlamento	0	0
Irlanda	Câmaras do Parlamento	5	7
Itália	Câmara dos Deputados	0	9
Itália	Senado	1	16
Lituânia	Parlamento	0	0
Luxemburgo	Câmara dos Deputados	0	0

Documentos recebidos dos parlamentos nacionais em 2018			
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	Pareceres fundamentados	Contributos
		2018	2018
Letónia	Parlamento	0	0
Malta	Câmara dos Representantes	2	0
Países Baixos	Câmara Baixa dos Estados Gerais	2	1
Países Baixos	Câmara Alta dos Estados Gerais	0	0
Polónia	Câmara Baixa do Parlamento	1	4
Polónia	Senado	0	2
Portugal	Assembleia da República	1	72
Roménia	Câmara dos Deputados	0	9
Roménia	Senado	0	39
Espanha	Congresso dos Deputados	0	65
	Senado		
Suécia	Parlamento	14	0
Eslovénia	Assembleia Nacional	0	0
Eslovénia	Conselho Nacional	0	0
Eslováquia	Parlamento	0	0
Reino Unido	Câmara dos Comuns	2	0
Reino Unido	Câmara dos Lordes	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>46</b>	<b>427</b>

Esta tabela apenas indica os documentos dos parlamentos nacionais enviados em resposta a projetos de atos legislativos abrangidos pelo Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa.

## ANEXO V: Contributos ao abrigo do Protocolo n.º 1 - Diálogo Político Informal

Esta tabela enumera os documentos dos parlamentos nacionais enviados em resposta a projetos de atos legislativos que são da competência exclusiva da UE, bem como a uma grande variedade de documentos não legislativos, como Livros Verdes/Branco ou comunicações da Comissão Europeia abrangidos pelo Protocolo n.º 1 do Tratado de Lisboa.

Contributos recebidos dos parlamentos nacionais em 2018		
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	2018
Áustria	Conselho Nacional	0
Áustria	Conselho Federal	0
Bélgica	Câmara dos Representantes	1
Bélgica	Senado	1
Bulgária	Assembleia Nacional	0
Croácia	Parlamento	0
Chipre	Parlamento	0
República Checa	Câmara dos Deputados	37
República Checa	Senado	27
Dinamarca	Parlamento	0
Estónia	Parlamento	0
Finlândia	Parlamento	0
França	Assembleia Nacional	15
França	Senado	17
Alemanha	Parlamento Federal	0
Alemanha	Conselho Federal	19
Grécia	Parlamento	0
Hungria	Parlamento	0
Irlanda	Câmaras do Parlamento	3
Itália	Câmara dos Deputados	13
Itália	Senado	8
Lituânia	Parlamento	5
Luxemburgo	Câmara dos Deputados	0
Letónia	Parlamento	0
Malta	Câmara dos Representantes	0
Países Baixos	Câmara Baixa dos Estados Gerais	1
Países Baixos	Câmara Alta dos Estados Gerais	1
Polónia	Câmara Baixa do Parlamento	2
Polónia	Senado	1
Portugal	Assembleia da República	40
Roménia	Câmara dos Deputados	41
Roménia	Senado	12
Espanha	Senado	0
Espanha	Congresso dos Deputados	0
Suécia	Parlamento	0
Eslovénia	Assembleia Nacional	0
Eslovénia	Conselho Nacional	0
Eslováquia	Parlamento	2
Reino Unido	Câmara dos Comuns	0
Reino Unido	Câmara dos Lordes	13
<b>TOTAL</b>		<b>259</b>



## ANEXO VI: Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

### A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2018 através de pedidos comparativos (5)

	Data	Título	Número
1.	23/03/2018	Despesa pública em matéria de controlo das fronteiras externas e de gestão do asilo	3719
2.	20/04/2018	Procedimentos de nomeação de altos funcionários públicos	3753
3.	23/05/2018	Assistentes parlamentares ao serviço de deputados individuais: regras aplicáveis a situações de conflito e de assédio	3785
4.	01/08/2018	Apoio aos parlamentos dos Balcãs Ocidentais	3861
5.	17/10/2018	Acolhimento de novos deputados	3916

### The European Parliament provided replies to the following comparative requests from other ECPRD Parliaments (26)

	Data	Título	Número
1.	01/02/2018	Controlo parlamentar das contas anuais das administrações públicas	3663
2.	05/02/2018	Competências, organização e atividades do serviço/departamento de investigação	3666
3.	07/02/2018	Distinções/condecorações/honras concedidas pelos parlamentos	3670
4.	13/02/2018	Organização interna da estrutura administrativa do Parlamento	3673
5.	23/02/2018	Perda de mandato de um deputado por não participação nas reuniões	3683
6.	27/02/2018	Apreciação das questões pelas comissões parlamentares por sua própria iniciativa	3688
7.	02/03/2018	Ordens do dia da sessão plenária e das comissões no Parlamento - documentos, fluxo de trabalho e atividades de apoio	3691
8.	05/03/2018	Avaliação dos custos e do impacto regulamentar	3694
9.	06/03/2018	Reatamento da carreira profissional de deputados não reeleitos ao Parlamento	3696
10.	14/03/2018	Sistemas de gestão de meios de comunicação audiovisuais	3703
11.	29/03/2018	Organização da semana parlamentar e da ordem do dia do Parlamento	3729
12.	13/04/2018	Alojamento dos serviços de investigação nas instalações do Parlamento	3741
13.	16/04/2018	Questionário para o Seminário de Investigação e Bibliotecas «Investigação parlamentar na era digital»	3744
14.	16/04/2018	Órgãos parlamentares para os direitos das mulheres	3745
15.	20/04/2018	Mecanismos para contratos públicos ecológicos (CPE) ou especificações técnicas ambientais nos parlamentos	3752
16.	03/05/2018	O papel dos parlamentos na avaliação dos impactos dos futuros fatores de mudança e dos desenvolvimentos tecnológicos	3767

17.	06/06/2018	Financiamento das visitas dos deputados e das estadias no estrangeiro	3807
18.	15/06/2018	Transcrição de fala para texto para a produção de registos parlamentares	3817
19.	25/06/2018	Acesso a jornais e a publicações periódicas em suporte eletrónico para os deputados	3826
20.	23/07/2018	Questionário sobre a existência e o funcionamento de programas nos parlamentos especialmente dedicados a crianças e/ou jovens	3851
21.	03/09/2018	Procedimentos de aprovação e de emissão de recomendações parlamentares à Conta Geral do Estado	3874
22.	05/09/2018	Horário de funcionamento dos serviços de referência em pessoa nas bibliotecas legislativas	3877
23.	18/09/2018	Centro de recuperação em caso de catástrofe do sistema informático do Parlamento	3888
24.	23/10/2018	Como é que o seu parlamento lida com questões relacionadas com a inteligência artificial?	3918
25.	09/11/2018	A Intranet do Parlamento	3931
26.	14/11/2018	Visitas organizadas/guidadas ao Parlamento	3936

## B. Seminários e reuniões estatutárias do CEIDP em 2018

SEMINÁRIOS				
	Data	Local	Título	Área de interesse
1.	17-18 de maio	Tiblíssi, Parlamento da Geórgia	«Avaliação dos custos e do impacto regulamentar»	Assuntos Económicos e Orçamentais
2.	31 de maio-1 de junho	Berlim, Parlamento Federal	«Como é organizado o início de uma legislatura?»	Práticas e procedimentos parlamentares
3.	21-22 de junho	Londres, Câmara dos Lordes e Câmara dos Comuns	«Investigação parlamentar na era digital»	Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos
4.	20-21 de setembro	Oslo, Parlamento norueguês	«A digitalização da sociedade»	As TIC nos parlamentos
5.	27-28 de setembro	Bruxelas, Parlamento Europeu	«O futuro dos serviços de estudos e das bibliotecas parlamentares numa época de evoluções rápidas: a melhor forma de apoiar os deputados eleitos nas suas múltiplas funções»	Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos
SESSÕES ESTATUTÁRIAS				
	Data	Local	Title	
1.	8-9 de março	Budapeste, Parlamento	Reunião do Comité Executivo do CEIDP	
2.	6-7 de setembro	Berlim, Conselho Federal	Reunião do Comité Executivo do CEIDP	
3.	18-20 de outubro	Helsínquia, Parlamento finlandês	Conferência Anual dos Correspondentes	

# PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Março 2018



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

<b>Belgique/België/ Belgien BÉLGICA</b>  Kamer van volksvertegen- woordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordneten-kammer <b>150</b>  Senaat/ Sénat/ Senat <b>60</b>	<b>България BULGÁRIA</b>  Народно събрание (Narodno sabranie) <b>240</b>	<b>Česká republika REPÚBLICA CHECA</b>  Poslanecká sněmovna <b>200</b> Senát <b>81</b>	<b>Danmark DINAMARCA</b>  Folketinget <b>179</b>
<b>Deutschland ALEMANHA</b>  Deutscher Bundestag <b>709</b> Bundesrat <b>69</b>	<b>Eesti ESTÓNIA</b>  Riigikogu <b>101</b>	<b>Éire/Ireland IRLANDA</b>  Dáil Éireann <b>158</b> Seanad Éireann <b>60</b>	<b>Ελλάδα GRÉCIA</b>  Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) <b>300</b>
<b>España ESPAÑA</b>  Congreso de los Diputados <b>350</b> Senado <b>208</b> <b>58</b>	<b>France FRANÇA</b>  Assemblée nationale <b>577</b> Sénat <b>348</b>	<b>Hrvatska CROÁCIA</b>  Hrvatski sabor <b>151</b>	<b>Italia ITÁLIA</b>  Camera dei Deputati <b>630</b> Senato della Repubblica <b>315</b> <b>5</b>
<b>Κύπρος CHIPRE</b>  Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) <b>56</b>	<b>Latvija LETÓNIA</b>  Saeima <b>100</b>	<b>Lietuva LITUÂNIA</b>  Seimas <b>141</b>	<b>Luxembourg LUXEMBURGO</b>  Chambre des Députés <b>60</b>
<b>Magyarország HUNGRIA</b>  Országgyűlés <b>199</b>	<b>Malta MALTA</b>  Il-Kamra Tad-Deputati <b>67</b>	<b>Nederland PAÍSES BAIXOS</b>  Tweede Kamer <b>150</b> Eerste Kamer <b>75</b>	<b>Österreich ÁUSTRIA</b>  Nationalrat <b>183</b> Bundesrat <b>61</b>
<b>Polska POLÓNIA</b>  Sejm <b>460</b> Senat <b>100</b>	<b>Portugal PORTUGAL</b>  Assembleia da República <b>230</b>	<b>România ROMÉNIA</b>  Camera Deputatilor <b>329</b> Senat <b>136</b>	<b>Slovenija ESLOVÉNIA</b>  Državni zbor <b>90</b> Državni svet <b>40</b>
<b>Slovensko ESLOVÁQUIA</b>  Národná Rada <b>150</b>	<b>Suomi/ Finland FINLÂNDIA</b>  Eduskunta <b>200</b>	<b>Sverige SUÉCIA</b>  Riksdagen <b>349</b>	<b>United Kingdom REINO UNIDO</b>  House of Commons <b>650</b> House of Lords <b>785</b>

**RELNATPARL@EP.EUROPA.EU**

**WWW.EUROPARL/EUROPA.EU/RELNATPARL**